

# Relatório e Contas 2018



Transportes Intermodais do Porto

**TIP – Transportes Intermodais do Porto, A.C.E.**

Av. Fernão de Magalhães, 1862 – 12º

4350-158 Porto

Telef. 225071172 - Fax 225071110

Pessoa Coletiva n.º 506 240 266

Registado sob o n.º 506 240 266 na 2.ª Secção da Conservatória do Registo Comercial do Porto

Capital Social 30.000 euros



*Handwritten signature*



# ÍNDICE

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração	5
Relatório de Gestão	6
1. Números da Intermodalidade	7
2. Factos relevantes em 2018	8
2.1. Evolução da Utilização do Sistema de Transportes Públicos na Área Metropolitana do Porto	8
2.2. Alargamento da Rede Intermodal	10
2.3. Alterações Tarifárias	11
2.4. Alterações dos Títulos Comercializados	11
2.5. APP anda	12
2.6. Evolução do Sistema de Bilhética Intermodal Andante	14
2.7. Modelo Organizacional e de Negócio	15
2.8. Regulamento Geral de Proteção de Dados	16
2.9. Alterações na Rede de Vendas	17
3. Caracterização da Rede Intermodal Andante	18
4. Atividade Comercial 2018	20
4.1. Validações	20
4.2. Quantidades Vendidas	23
4.3. Receita Intermodal	24
4.4. Comunicação com o cliente	26
5. Auditorias à Atividade do TIP	29
5.1. Inspeção Geral de Finanças	29
6. O TIP e os seus Colaboradores	30
6.1. Estrutura Organizacional	30
6.2. Recursos Humanos	31
7. O TIP e as suas Agrupadas	32
7.1. Estrutura Societária	32
7.2. Composição dos Órgãos Sociais	32
7.3. Modelo de Governo do TIP	35
8. Obrigações de Reporte enquanto Membro do Setor Empresarial do Estado	36
9. Desempenho Económico e Financeiro	45

*J*

9.1. Introdução	45
9.2. Situação Patrimonial	45
9.3. Resultados	47
9.4. Gestão de riscos	48
9.5. Eventos Subsequentes	50
9.6. Proposta de Aplicação dos Resultados	50
<b>Perspetivas para 2019</b>	<b>52</b>
<b>Contas do Exercício de 2018</b>	<b>56</b>
<b>Anexos</b>	<b>94</b>
<b>Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria</b>	<b>110</b>

*Manana* <sup>4</sup> *ka* *17p*

## MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos o Relatório e Contas do exercício de 2018 com o sentimento de ter cumprido com sucesso o mandato que agora termina, o que, mais do que uma natural satisfação, aporta uma enorme gratidão para com todos aqueles que connosco colaboraram neste período.

No plano das realizações, o ano de 2018 terá sido marcado pelo lançamento do projeto disruptivo que representa a aplicação **anda**, primeiro passo na evolução do TIP no domínio da bilhética móvel, pela transferência dos equipamentos instalados na rede de metro ligeiro para a agrupada MP, bem como pelo início do processo de alargamento do Sistema Intermodal Andante [SIA] a toda a Área Metropolitana do Porto [AMP], no quadro da preparação do Programa de Apoio à Redução Tarifária [PART].

Na ótica económica e financeira, observou-se uma continuidade dos resultados positivos, na esteira dos anos anteriores, apresentando o TIP uma situação líquida bastante confortável, facto que deverá permitir concretizar, dentro em breve, uma redução dos valores unitários nas comissões cobradas aos operadores melhorando certamente a eficiência económica das empresas de transporte aderentes e, conseqüentemente, a capacidade de atrair novos clientes para o transporte público.

Também merecedor de referência será o contributo deste agrupamento para a existência de um bom clima de relacionamento no setor dos transportes, colaborando proactivamente com autoridades e operadores na procura de soluções construtivas. Exemplo disso foi o processo de análise dos modelos de *governance* possíveis para as funções atualmente desempenhadas pelo TIP, processo conduzido em articulação com a AMP e a ANTROP que decorreu num espírito de franca cooperação entre todas as entidades.

Deixo, assim, um sincero agradecimento aos operadores, aos fornecedores e sobretudo aos colaboradores por nos terem permitido aqui chegar com a sensação do dever cumprido e, mais do que isso, com a expectativa de que o futuro permitirá alcançar ainda melhores resultados.

Pedro Azeredo Lopes

Presidente do Conselho de Administração

*[Handwritten mark]*

## RELATÓRIO DE GESTÃO

*[Faint, illegible text]*

6 de  
Inanang 17p

## 1. Números da Intermodalidade

Validações totais do sistema Intermodal	2016	2017	2018	Δ 17/18
MP	58,15	60,75	62,82	3,40%
STCP	58,13	61,02	62,04	1,67%
CP	4,42	4,85	5,04	4,00%
Operadores Rodoviários Privados	17,09	17,89	18,51	3,48%
(Unidade: milhões)	137,79	144,50	148,40	2,70%

Estrutura de validações por operador	2016	2017	2018	Δ 17/18
MP	42,21%	42,04%	42,33%	0,68%
STCP	42,19%	42,23%	41,80%	-1,00%
CP	3,21%	3,35%	3,40%	1,27%
Operadores Rodoviários Privados	12,40%	12,38%	12,47%	0,75%

Utilização Títulos Transporte	2016	2017	2018	Δ 17/18
Títulos Viagem	1,29	1,25	1,27	1,96%
Assinaturas totais	58,78	57,09	59,18	3,66%
(Média Mensal) Assinaturas normais	57,43	54,88	59,81	8,98%

Valor médio por validação	2016	2017	2018	Δ 17/18
Títulos de Viagem	1,03	1,05	1,07	2,01%
Títulos de Assinatura totais	0,50	0,50	0,52	3,12%
(Unidade: €) Títulos de Assinatura normal	0,63	0,60	0,62	3,55%

Quantidade de cartões vendidos	2016	2017	2018	Δ 17/18
Andante Azul	2 029,2	3 352,4	3 197,5	-4,62%
Andante PVC	91,5	245,0	111,6	-54,46%
(Unidade: milhares)	2 120,7	3 597,4	3 309,1	-8,01%

Quantidade de títulos carregados	2016	2017	2018	Δ 17/18
Títulos de Viagem	26 734,0	29 392,5	29 464,3	0,24%
Títulos de Assinatura totais	1 735,6	1 856,6	1 845,8	-0,58%
(Unidade: milhares) Títulos de Assinatura normal	690,6	767,2	754,9	-1,61%

Peso Canal de Vendas	2016	2017	2018	Δ 17/18
MVAs rede MP	40,13%	42,42%	43,01%	0,59 pp
Payshop	17,38%		0,47%	
Pagaqui	15,44%	31,97%	30,68%	-1,29 pp
Lojas Andante	13,26%	12,35%	12,10%	-0,25 pp
SIBS	5,53%	4,31%	4,93%	0,62 pp
CP Porto	3,71%	4,07%	3,82%	-0,25 pp
MVAs rede CP	3,26%	3,63%	3,65%	0,02 pp
Revendedores	0,82%	0,72%	0,65%	-0,07 pp
Privados	0,42%	0,48%	0,45%	-0,02 pp
Anda			0,19%	
STCP	0,03%	0,05%	0,05%	0,00 pp

Resultados (em SNO)	2016	2017	2018	Δ 17/18
Operacionais	1 342 325	876 757	1 726 327	96,9%
Financeiros	-154 888	-166 413	-110 005	33,9%
Líquidos	1 187 339	709 599	1 615 503	127,7%
(Unidade: milhares €) EBITDA	1 922 321	1 459 838	2 362 374	61,8%

## 2. Factos relevantes em 2018

### 2.1. Evolução da Utilização do Sistema de Transportes Públicos na Área Metropolitana do Porto

O exercício de 2018 mantém a tendência de crescimento da utilização dos transportes públicos<sup>1</sup> da Área Metropolitana do Porto [AMP], registando uma subida de 2,3% no número total de validações [176,61 milhões de validações].

As validações de títulos intermodais Andante acompanham o referido aumento da procura global, evidenciando um incremento de 2,7%, atingindo um valor total de 148,40 milhões de viagens.

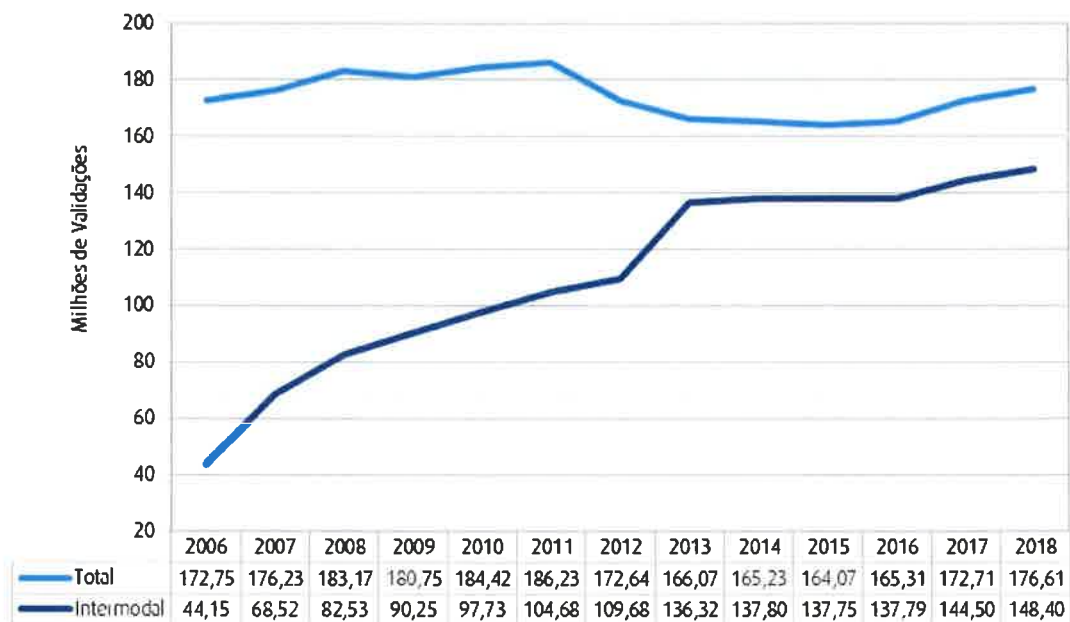


Figura 1 - Evolução da Procura de Transporte Público

Como se evidencia pelos valores referidos, o Sistema Intermodal Andante [SIA] representou em 2018 aproximadamente 84 % da utilização de transporte público, traduzindo uma subida de 0,37 p.p. face a 2017, mantendo-se, de forma clara e inequívoca, a opção da maioria dos clientes da Área Metropolitana do Porto [AMP] pela intermodalidade.

<sup>1</sup> Considera-se neste ponto como procura de transporte público o conjunto dos passageiros que utilizam o tarifário intermodal Andante e as tarifas monomodais STCP e CP.



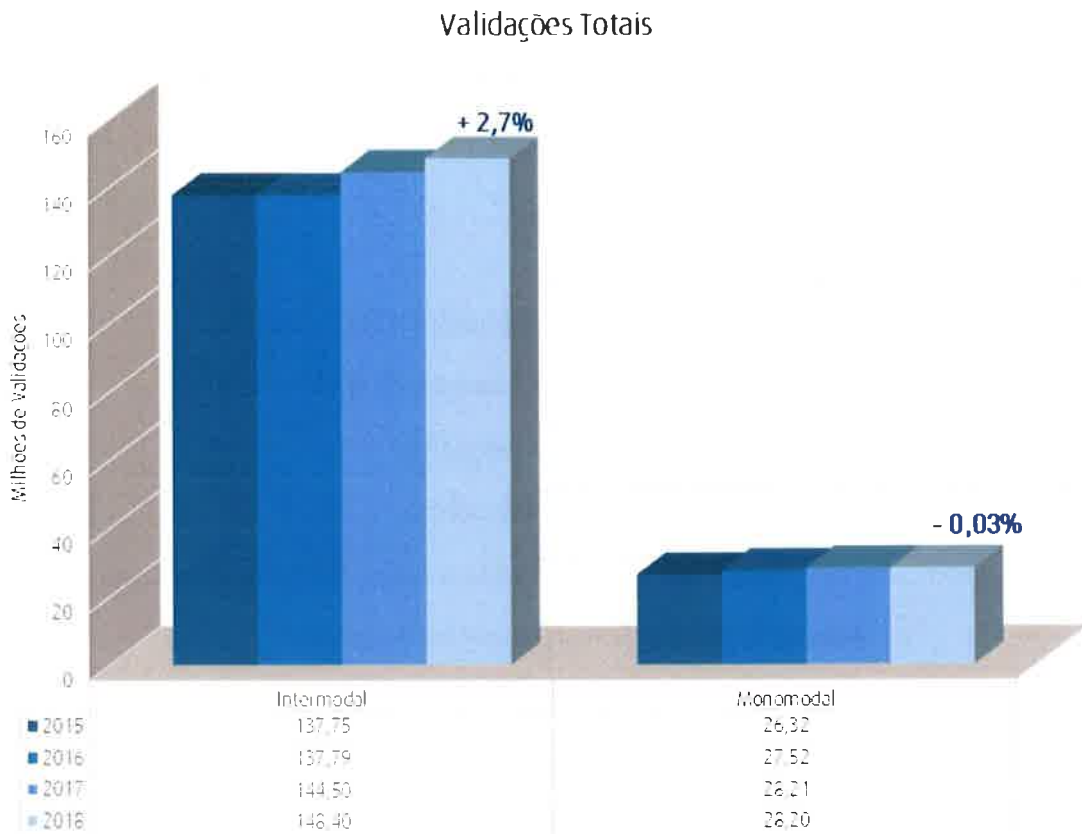


Figura 2 - Evolução da Procura Intermodal e Monomodal

O máximo absoluto mensal de validações intermodais ocorreu no mês de outubro, com aproximadamente 14,3 milhões de validações.

O maior volume diário de validações intermodais registou-se no dia 28 de novembro de 2018, quarta-feira, com, aproximadamente, 585 mil validações.

*Handwritten signatures and initials in the bottom right corner.*

## 2.2. Alargamento da Rede Intermodal

A rede intermodal Andante incorporou, ao longo do ano de 2018, novas linhas de operadores já integrados, bem como a adesão de um novo operador, a saber:

- **1 de fevereiro de 2018**
  - **Resende** [integração total do operador no SIA]
    - ✓ Linha 116 - Freixieiro / Senhora da Hora
    - ✓ Linha 120 - Guifões / Aeroporto
    - ✓ Linha 122 - Circular Matosinhos
    - ✓ Linha 123 - Matosinhos [Mercado] / Matosinhos [Mercado]
  - **Autoviação Pacense** [integração parcial de percursos]
    - ✓ Linha 2001 - Alfena [Ribeiro] / Porto
    - ✓ Linha 2002 - Alfena [Ribeiro] / Porto
    - ✓ Linha 2005 - Alfena [Ribeiro] / Porto
    - ✓ Linha 2012 - Levadinha / Porto
    - ✓ Linha 2014 - Levadinha / Porto
    - ✓ Linha 2047 - Alfena [Ribeiro] / Porto
    - ✓ Linha 2048 - Alfena [Ribeiro] / Porto
    - ✓ Linha 2052 - Alfena [Ribeiro] / Porto
  - **Autoviação Landim** [novo operador com integração parcial de percursos]
    - ✓ Linha 1001 - Alfena / Porto
    - ✓ Linha 1002 - Alfena [Ribeiro] / Porto
    - ✓ Linha 1004 - Alfena [Ribeiro] / Porto
    - ✓ Linha 1007 - Alfena [Ribeiro] / Porto
    - ✓ Linha 1100 - S. Martinho / Porto

- 1 de março de 2018
  - E. T. Gondomarense
    - ✓ Linha 16 – Souto / Hosp. Fernando Pessoa [Circulação]
    - ✓ Linha 24 – Ervedosa / Hosp. Fernando Pessoa
    - ✓ Linha 50 – Souto / Ervedosa [integração parcial]
  
- 1 de maio de 2018
  - Espírito Santo
    - ✓ 45 – Miramar / João de Deus

### 2.3. Alterações Tarifárias

Na sequência do Despacho Normativo nº 21-A/2017, de 11 de dezembro, e das orientações superiores, que consideraram ser adequado definir um nível de aumento análogo à inflação prevista para 2018 em sede de OE, foi proposto e aprovado pelas entidades competentes - AMP e Instituto da Mobilidade e dos Transportes [IMT] - um novo tarifário intermodal Andante que resultou num aumento médio ponderado de 1,4%.

Por decisão comercial do ACE e para que todos os estudantes pudessem adquirir ao mesmo preço o cartão de suporte às várias assinaturas existentes para o referido *target*, a 1 de novembro, o cartão Andante em PVC para carregamento da assinatura Estudante passou a ser vendido ao preço de 3 euros, tal como os cartões 4\_18 e Sub23.

### 2.4. Alterações dos Títulos Comercializados

A 6 de setembro foi publicada em Diário da República, 1.ª série, nº 172, a Portaria n.º 249-A/2018, que altera as condições da atribuição do «passe 4\_18@escola.tp», fixadas na Portaria n.º 138/2009, de 3 de fevereiro, alterada pela Portaria n.º 982-A/2009, de 2 de setembro, pela Portaria n.º 34-A/2012, de 1 de fevereiro e pela Portaria n.º 268-A/2012, de 31 de agosto.

De acordo com a nova legislação:

- extinguem-se os tarifários 4\_18 B e F [desconto de 25%] destinados a estudantes da assinatura 4\_18 beneficiários do escalão B da Ação Social Escolar ou inseridos em

famílias com rendimento bruto mensal equivalente igual ou inferior a 1,2 vezes o valor do IAS – Indexante de Apoios Sociais;

- é implementado o tarifário 4\_18 [desconto de 25%] destinado a todos os estudantes do ensino não superior, dos 4 aos 18 anos [inclusive] que não beneficiem de transporte escolar no âmbito do Decreto -Lei n.º 299/84, de 5 de setembro.

O mesmo diploma altera também a idade limite para atribuição do «passe sub23@superior.tp» aos estudantes de Medicina e Arquitetura até aos 24 anos de idade.

## 2.5. APP anda

Ocorreu em 29 de junho de 2018 o lançamento comercial do projeto de bilhética desmaterializada do SIA que veio permitir um importante avanço em matéria de facilidade de utilização do sistema de transporte público.

Designado por **anda**, este novo conceito de bilhética, suportado nos dispositivos de comunicação móvel [*smartphones*] dos clientes, veio implementar um sistema do tipo check-in /be-out [CIBO], ou seja, em que o cliente apenas necessita de efetuar a validação no momento do embarque sendo detetado automaticamente o local de saída. Este projeto integra igualmente um mecanismo de otimização do valor a pagar pelo cliente, com pagamento mensal postecipado, no qual é aplicado um algoritmo que identifica o conjunto das tarifas necessárias para cobrir as viagens efetuadas pelo utilizador, minimizando o custo a suportar por este.

Até 31 de dezembro de 2018 registaram-se os seguintes números:

Nº de Downloads efetuados na Google Play – 28.665

Nº de Registos efetuados – 22.351

Nº Contas Confirmadas – 20.923

Nº de Registos Completos [clientes em condições de viajar] – 7.477

Nº de Clientes que efetivamente viajaram – 5.269

Nº de validações efetuadas – 248.917

As Figuras 3 e 4 documentam a atividade da App **anda** no seu primeiro semestre de atividade, isto é, entre 29 de junho e 31 de dezembro de 2018.

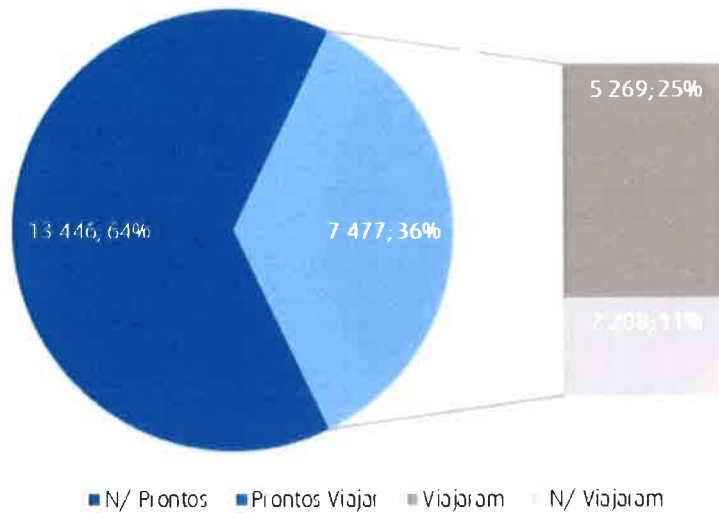


Figura 3 - Contas Confirmadas versus Registos Completos

Os valores da procura registados até 31 de dezembro, documentados nos gráficos anteriores, estão ainda aquém dos objetivos definidos na altura do lançamento da App facto que poderá ter subjacente os seguintes motivos:

- o conceito **anda** é inovador e disruptivo, fundamentalmente nos conceitos subjacentes [pós-pago com otimização], mas também pelo facto de ser a estreia da tecnologia móvel [*smartphones*] como suporte de títulos de transporte na AMP;
- alguns pequenos problemas iniciais com a interface de registo da App **anda**, entretanto refinada, podem ter originado a saída de alguns utilizadores do sistema;
- a tecnologia NFC, de suporte à emulação HCE, só está disponível para utilização nos *smartphones* com sistema operativo Android®, excluindo todos os utilizadores com *smartphones* IOS [Apple]. O TIP, juntamente com os seus integradores, tem vindo a acompanhar a evolução desta situação, aguardando que a Apple venha finalmente abrir a porta a este tipo de utilização, o que se perspetiva que possa acontecer ainda em 2019.
- o mundo Android® apresenta uma enorme diversidade de comportamento dos vários *smartphones* [fabricante, modelo, versão do sistema operativo, etc] face às tecnologias em que assenta o **anda**, designadamente Bluetooth [BLE] e NFC, obrigando a uma monitorização constante, por parte do TIP, de um mercado sempre em ebulição, difícil de acompanhar e de garantir que "todos" os *smartphones* são possíveis de utilizar.

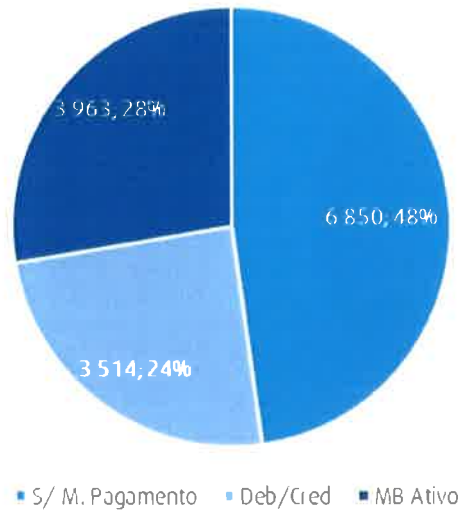


Figura 4 - Meios de Pagamento utilizados

Não obstante alguns entraves próprios de um projeto tecnológico com estas características, o TIP considera que o **anda** atingiu o estado de maturidade que permite efetuar uma campanha de comunicação no primeiro semestre de 2019, com novos e mais incisivos meios.

## 2.6. Evolução do Sistema de Bilhética Intermodal Andante

Dando seguimento ao Plano de Atividades estabelecido para o exercício de 2018, o TIP tem vindo a proceder à transferência progressiva para os operadores da propriedade e gestão dos equipamentos periféricos do sistema [validadores, concentradores e máquinas de venda automática]. Assim, a 1 de abril, o TIP transferiu para a Metro do Porto a propriedade dos equipamentos instalados na sua rede e, em consonância, procedeu à exclusão desses equipamentos do contrato de manutenção a cargo do TIP.

No decorrer do exercício procedeu-se ao desenvolvimento do Software Merchant Secure Server [MeSS] permitindo que aplicações remotas realizem operações de personalização e carregamento de *portable objects* [e.g. cartão andante, HCE Midlet]. Este novo servidor constitui um elemento de base da solução em utilização pela Payshop no âmbito do contrato de gestão da rede de revendedores de títulos de transporte, permitindo melhorias expressivas em matéria de segurança, evitando a disponibilização externa de Security Access Modules [SAM], de eficiência, na medida em que passa a ser apenas necessário atualizar o catálogo dos produtos vendidos em cada momento e em cada rede apenas num equipamento, e de capacidade de gestão, já que os dados relativos às vendas nos canais externos estão acessíveis em tempo real.

Foi colocada em serviço a solução de HSM Server, que permite criar uma estrutura de SAM remotos, diminuindo assim o nível de risco de ter SAM físicos distribuídos por inúmeros locais e revendedores.

Ainda no âmbito do sistema central de concluiu-se a montagem da infraestrutura que dá suporte aos projetos anda, MeSS e HSM finalizando o processo de virtualização das máquinas deste sistema, encontrando-se agora todos os serviços centrais em ambiente de virtualização.

No que respeita à preparação do Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes Públicos [PART], procedeu-se à sua estabilização conceptual e ao levantamento das necessidades para a sua implementação, no quadro do qual se integram a definição de um novo modelo de dados e a identificação das alterações necessárias nos vários componentes do SIA.

Importa ainda salientar diversas alterações ocorridas em 2018 com impacto significativo no desempenho operacional, designadamente:

- Introdução de diversas melhorias na bilheteira manual, como por exemplo a leitura de cartão do cidadão, que implicou a instalação de leitores em todos os locais e a transferência do perfil social do cartão para a App **anda**;
- diversos operadores de transporte rodoviário privados adquiriram equipamentos de bilhética própria, como foi o caso da VALPI e da MGC, deixando assim de utilizar equipamentos do TIP e reduzindo o esforço de manutenção e acompanhamento por parte deste ACE;
- conclusão da instalação dos novos concentradores de bordo e estação, na STCP e CP;
- início dos testes, na estação de metro da Casa da Música, de um novo conceito e modelo de validadores *slave*;
- emissão de fatura pelas MVA no ato de carregamento [com ou sem número de identificação fiscal].

## 2.7. Modelo Organizacional e de Negócio

As modificações ocorridas no quadro normativo do setor dos transportes, nomeadamente com a entrada em vigor da Lei n.º 52/2015, de 09 de janeiro, e a transferência dos municípios para a AMP das responsabilidades destes enquanto Autoridades de Transportes, conduziram a uma reanálise dos modelos organizacional e do negócio do TIP.

Assim, na sequência da celebração do Protocolo de Articulação Institucional, celebrado entre a AMP e o TIP em 9 de maio de 2016, e da outorga das Bases Gerais de Integração no Sistema

Intermodal Andante, ocorrida em 21 de setembro de 2016, ficou clarificado o âmbito de intervenção de cada uma das entidades, registando-se um ambiente de estreita e proveitosa cooperação, cumprindo o TIP as orientações daquela autoridade e dando a sua colaboração sempre que esta tem sido solicitada.

Com este enquadramento e na sequência da reunião do Presidente do Conselho Metropolitano do Porto com o Conselho de Administração, ocorrida em 2018.06.12, foi acordada a designação de um Grupo de Trabalho<sup>2</sup> para analisar o modelo de *governance* mais adequado para o TIP e preparar um documento de síntese para colocar à decisão superior. Como resultado dos trabalhos desenvolvidos, foi enviado ao Presidente do Conselho Metropolitano em 2018.12.03 o documento final, cuja redação foi unanimemente aceite por todos os membros do referido Grupo de Trabalho, e no qual se identificam as diversas opções tidas como viáveis para o TIP. Neste momento espera-se, portanto, uma apreciação do referido documento pela AMP e a correspondente decisão sobre qual o modelo que deverá ser seguido, por forma a poder encetar as diligências necessárias à sua concretização.

Também o processo de transferência dos equipamentos terminais do sistema de bilhética para os operadores, iniciado em 2017, conheceu importantes desenvolvimentos em 2018, com a celebração do contrato com a MP que enquadrou a cedência da propriedade equipamentos instalados na rede de metro ligeiro para a referida agrupada. Este processo teve efeitos a 1 de abril, por forma a sincronizar esta passagem com o início da operação pela Viaporto, empresa que tem agora a responsabilidade da operação do metro, na qual se incluem os encargos com a manutenção do sistema de bilhética.

No que concerne à transferência dos restantes equipamentos para a CP, para a STCP e para os operadores rodoviários [ETG e Nogueira da Costa], o processo conheceu um atraso relativamente aos prazos previstos [2018], estimando-se que a sua concretização ocorra no corrente ano.

## 2.8. Regulamento Geral de Proteção de Dados

Para se dar cumprimento ao estabelecido no Regulamento Geral de Proteção de Dados [RGPD], que entrou em vigor em 25 de maio de 2018, foi nomeado o Encarregado de Proteção de Dados [EPD/DPO], tendo sido desenvolvidas ações que incluíram avaliação de segurança informática, levantamento e documentação dos processos utilizados que envolvem tratamento de dados pessoais [“registo”, na designação RGPD], feita a avaliação de risco e impacto do Andante [DPIA

---

<sup>2</sup> Integraram o referido Grupo de Trabalho o Eng.º Mário Rui Soares, o Dr. Jorge Barbeiro e o Prof. Pires da Costa, por parte da AMP, o Eng.º Ângelo Oliveira, a Dra. Maria João Santos e o Eng.º João Marrana, em representação do TIP e o Eng.º José Eduardo Caramalho por parte da ANTROP.



– Andante] e estabelecidos diversos procedimentos, [como seja o relativo ao “tratamento de incidentes”], para enquadramento das atividades no cumprimento do referido Regulamento.

Complementarmente foram recomendados, em casos específicos de [sub]contratação, a emissão de declarações a serem incluídas nessas prestações de serviços.

## 2.9. Alterações na Rede de Vendas

Na sequência do concurso público lançado a 11 de dezembro de 2017, designado por “*Concurso Limitado por Prévia Qualificação para Prestação de Serviços de Agentes de Venda, Call Center, Conferência de Receita, Tratamento de Consumíveis e Documentos*”, foi efetuada a adjudicação à EGOR, que manteve a sua posição de prestador de serviços, tendo sido formalizado o contrato a 1 de agosto de 2018.

Também como resultado do concurso público “*Rede de Vendas de Produtos Geridos pelo TIP*”, lançado a 28 de julho de 2017, foi efetuada a adjudicação da prestação de serviços à Payshop, tendo esta rede iniciado a sua atividade de revendedor de títulos de transporte [Andante, CP Urbanos do Porto e STCP] a 26 de novembro, em simultâneo com a rede Pagaqui até 5 de fevereiro de 2019.

Com o objetivo de melhorar a performance do registo informático dos processos de requisição de tarifários com desconto, foi instalado em novembro um novo sistema que efetua a digitalização em contínuo dos documentos, separando e gravando automaticamente cada processo num ficheiro autónomo.

Nos termos estabelecidos pela Inspeção Geral das Finanças no âmbito da Auditoria ao Tarifário Social Andante 2017, o TIP deixou de exigir cópia do cartão de cidadão passando o cliente a preencher os referidos dados no contrato Tarifário Social Andante, sendo a confirmação dos mesmos efetuada pelo Agente de Vendas.

Durante o exercício de 2018 a rede de vendas passou a efetuar diretamente o registo dos cartões perdidos em lista negra, evitando a intervenção da Linhandante.

### 3. Caracterização da Rede Intermodal Andante

Zonas Intermodais em utilização	28
Operadores Aderentes	12
Linhas de Operadores Rodoviários	178
Estações de Operadores Ferroviários	107
Pontos de Venda *	1 046

\* excluindo rede SIBS

Tabela 1 - Indicadores da Rede Intermodal

- 28 zonas da rede intermodal Andante servidas pelos diferentes operadores aderentes
  - C1 a C11, C16, N1, N2, N3, N10, N11, N14, N15, N16, N17, N18, S1, S2, S3, S7, S8, S9
- 12 operadores aderentes ao sistema intermodal
  - CP + MP + STCP + Resende + Valpi + ETG + Espírito Santo + Maia Transportes + MGC + Nogueira da Costa + Pacense + Landim
- 178 linhas de operadores rodoviários integradas
  - 73 STCP + 20 Resende + 8 Valpi + 32 ETG + 22 Espírito Santo + 4 Maia Transportes + 2 MGC + 3 Nogueira da Costa + 9 Pacense + 5 Landim
- 107 estações de operadores ferroviários integradas
  - [82 MP + 25 CP]
- 1 046 pontos de venda de títulos intermodais
  - 10 Lojas Andante
    - Trindade, Campanhã, Casa da Música, Maia, Brito Capelo, General Torres, Senhora da Hora, Póvoa de Varzim, Hosp. S. João, Bom Sucesso
  - 239 Máquinas de Venda Automática
    - 194 MP + 45 CP
  - 13 Postos de Atendimento de Operadores Aderentes
    - 7 Postos CP: S. Bento, Campanhã, Ermesinde, Devesas, Espinho, Valadares e Trofa
    - 6 Postos Operadores Privados: Valpi, Resende, Maia Transportes, ETG, Espírito Santo [2]
  - 781 Agentes Pagaqui
  - 3 Revendedores: Aeroporto [Turismo do Porto e Norte de Portugal], Museu do Carro Elétrico e Douro Touristic Tours.

*[Handwritten mark]*

- Rede Multibanco em todo o país [não considerado no quadro acima referido].
- 1.600 Validadores instalados na área intermodal Andante

*[Handwritten signature]* *[Handwritten initials]*

## 4. Atividade Comercial 2018

### 4.1. Validações

O exercício de 2018 apresenta uma subida de 2,7% no volume de validações intermodais Andante relativamente ao ano anterior, registando um total de 148,40 milhões de validações.

A distribuição da procura por tipologia de título permite concluir que 73,6% das validações dos títulos intermodais respeitam a assinaturas [41,4% normais e 58,6% sociais], sendo 26,4% referentes a títulos ocasionais. Esta distribuição manteve-se semelhante face à registada em 2017.

As validações com assinaturas de tarifas sociais, na sua globalidade [Júnior, Estudante, Reformado/Pensionista, Sénior, Social+, Social+ [A], Social+ [D], Social+ [R], 4\_18, 4\_18[A], 4\_18[B], 4\_18[F] e Sub23 [A]], registaram valores semelhantes aos de 2017. No caso dos títulos ocasionais e das assinaturas normais, as taxas de crescimento relativamente ao ano anterior foram mais expressivas [2,5% e 6,9%, respetivamente].

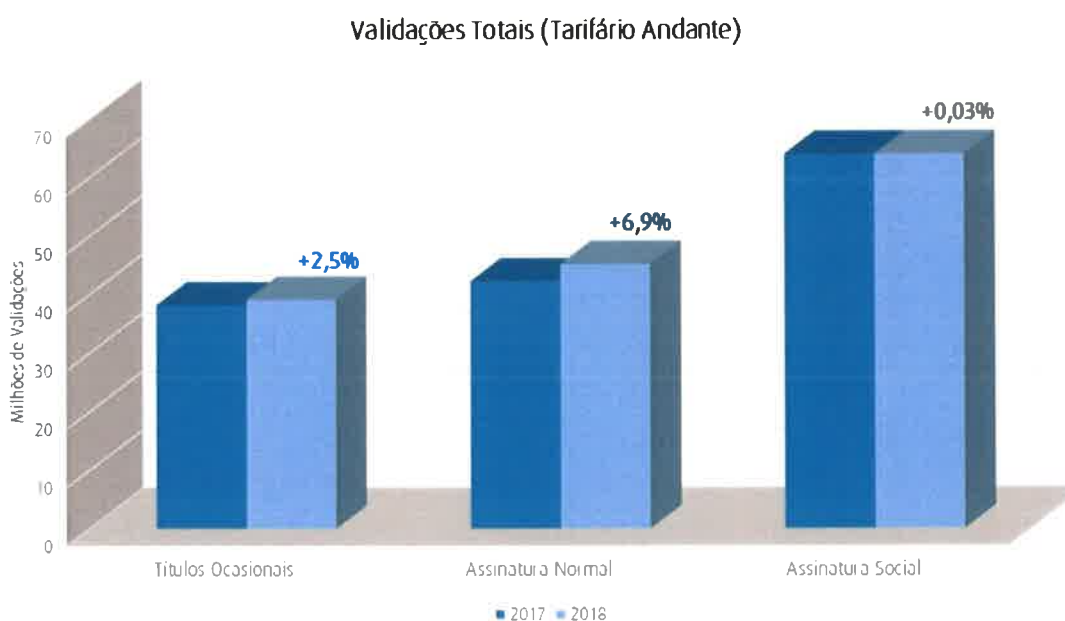


Figura 5 - Distribuição da Procura por Tipo de Títulos

*[Handwritten mark]*

A distribuição das validações intermodais por operador no ano de 2018 foi a apresentada na Figura 6 e na Tabela 2.

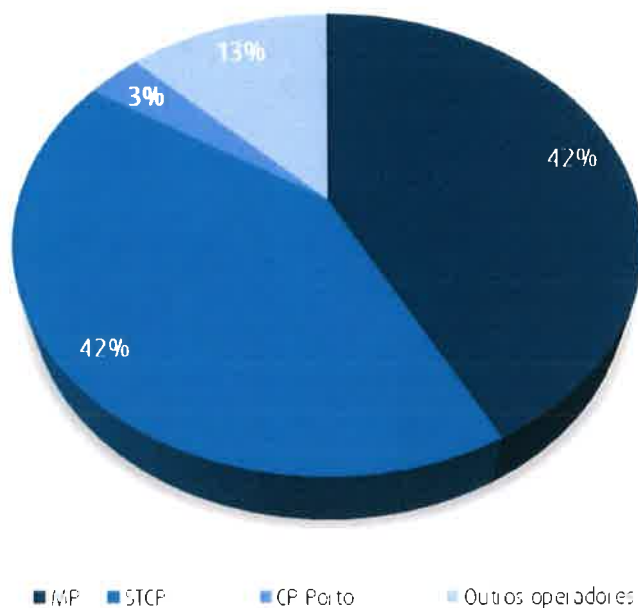


Figura 6 - Estrutura da Procura por Operador

Validações Intermodais	2015	2016	2017	2018	Δ 17/18
MP*	57,91	58,15	60,75	62,82	3,4%
STCP	58,59	58,13	61,02	62,04	1,7%
CP Porto	4,21	4,42	4,85	5,04	4,0%
ETG/Gondomarense	6,30	6,45	6,79	6,85	0,8%
Resende	3,80	3,71	3,87	4,14	6,9%
Espírito Santo	2,97	3,05	3,24	3,21	-0,8%
Valpi	2,51	2,48	2,40	2,52	5,3%
MGC	1,26	1,16	1,23	1,24	1,1%
Pacense	0,14	0,13	0,13	0,26	94,1%
Maia Transportes	0,03	0,05	0,15	0,18	19,6%
Nogueira da Costa	0,03	0,05	0,08	0,09	15,0%
Landim				0,02	
	137,75	137,79	144,50	148,40	2,7%

Unidade: milhões de validações

\* Inclui Funicular dos Guindais e Alternativos

Tabela 2 - Evolução do Número de Validações por Operador

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten initials]*

Relativamente à procura por zonas, constata-se ser a zona C1 [Porto Centro] a que regista maior utilização, com 44,5% das validações totais, seguindo-se as zonas S8 [Gaia Mafamude], com 10,7%, e C2 [Porto Ocidental], com 9,7%.

No seu conjunto, as 7 zonas mais centrais C1, C2, C3, C5, C6, C9 e S8, continuam a concentrar aproximadamente 88% do total de validações do SIA.

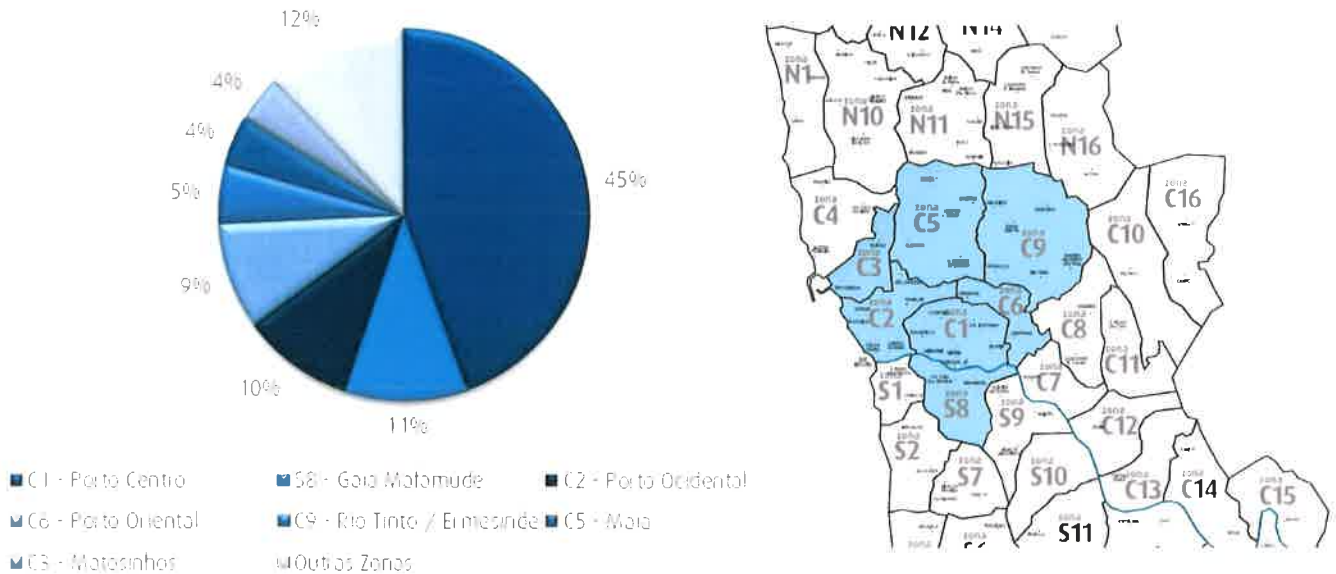


Figura 7 - Número de Validações por Zona

As deslocações de curta distância [clientes utilizadores de 2 ou 3 zonas] constituem a maioria das deslocações intermodais, representando 77,6% das validações efetuadas em 2018.

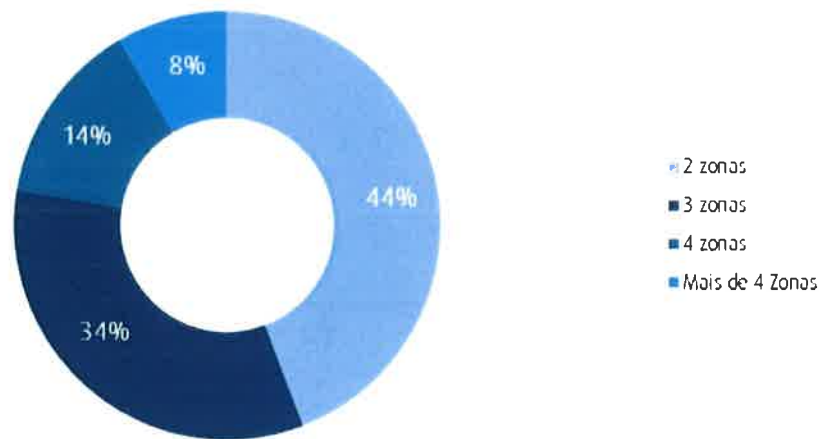


Figura 8 - Estrutura das Validações por Número de Zonas

## 4.2. Quantidades Vendidas

Em 2018, foram dispensados cerca de 3,3 milhões de cartões Andante [em PVC e em papel].

A venda de títulos de assinatura normal regista, em 2018, uma ligeira diminuição de aproximadamente 1,6 p.p. representando 41,0% do total de assinaturas vendidas.

Contrariamente, os títulos de obrigação tarifária apresentam uma subida de 0,2 p.p. representando 59,0% do total de assinaturas vendidas.

É de salientar a venda reduzida de diversos títulos de obrigação tarifária, designadamente, 4\_18 [F], certamente explicados pela migração de clientes para a assinatura Estudante que confere o mesmo desconto sendo de acesso mais simples. Também a reduzida expressão da venda de títulos Reformado e Social+ [R] deverá decorrer da migração destes clientes para o tarifário Sénior que oferece o mesmo desconto sendo de acesso mais simples.

Assistiu-se igualmente em 2018 à disponibilização das tarifas 4\_18 e Sub23 para a generalidade dos estudantes, independentemente dos recursos económicos do agregado familiar, facto que poderá explicar a diminuição da venda de assinaturas Estudante. Este quadro vem tornar a oferta tarifária mais complexa quanto à quantidade de tarifas redundantes, ou seja, apresentando o mesmo desconto e dirigindo-se para o mesmo público-alvo.

O conjunto dos títulos de obrigação tarifária integrados no Tarifário Social Andante [TSA], regulados pelo acordo com o Estado Português [Estudante, Júnior, Sénior e Reformado/Pensionista], venderam 566,8 mil assinaturas, traduzindo um decréscimo de 2,01% face a 2017.

### Títulos de Obrigação Tarifária

Quantidade Vendida	2014	2015	2016	2017	2018	Δ 17/18
<b>Tarifário Social Andante (TSA)</b>						
Júnior	9 898	9 838	9 487	10 302	10 772	4,56%
Estudante	308 076	300 517	291 426	293 655	284 231	-3,21%
Sénior	246 537	249 205	256 154	274 332	271 745	-0,94%
Ref. / Pens.	1 826	1 057	377	135	70	-48,15%
<b>Sub-Total</b>	<b>566 337</b>	<b>560 617</b>	<b>557 444</b>	<b>578 424</b>	<b>566 818</b>	<b>-2,01%</b>
<b>4_18@escola.tp</b>						
4_18					10 420	
4_18 (A)	67 064	70 866	74 453	74 278	71 718	-3,45%
4_18 (B)	23 767	22 615	22 916	23 429	17 373	-25,85%
4_18 (F)	1 142	414	170	57	22	-61,40%
<b>Sub-Total</b>	<b>91 973</b>	<b>93 895</b>	<b>97 539</b>	<b>97 764</b>	<b>99 533</b>	<b>1,81%</b>
<b>Sub23@superior.tp</b>						
Sub23				6 489	23 458	
Sub23 (A)	77 621	88 742	97 576	107 809	115 102	6,76%
Sub23 (F)	563	196	49	7		
<b>Sub-Total</b>	<b>78 184</b>	<b>88 938</b>	<b>97 625</b>	<b>114 305</b>	<b>138 560</b>	<b>21,22%</b>
<b>Social+</b>						
Social+	223 371	235 544	238 866	240 358	224 781	-6,48%
Social+ (A)	38 842	43 320	47 239	52 650	55 645	5,69%
Social+ (D)	5 172	5 217	4 379	4 218	4 050	-3,98%
Social+ (R)	3 764	1 604	625	135	99	-26,67%
<b>Sub-Total</b>	<b>271 149</b>	<b>285 685</b>	<b>291 109</b>	<b>297 361</b>	<b>284 575</b>	<b>-4,30%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1 007 643</b>	<b>1 029 135</b>	<b>1 043 717</b>	<b>1 087 854</b>	<b>1 089 486</b>	<b>0,2%</b>
<b>Peso total venda assinaturas</b>	<b>60,71%</b>	<b>61,12%</b>	<b>60,14%</b>	<b>58,60%</b>	<b>59,03%</b>	

Tabela 3 - Evolução da Procura dos Títulos de Obrigação Tarifária

A venda de títulos de transporte especialmente vocacionados para turistas – Andante Tour – traduz uma diminuição de 1,0% face a 2017, não obstante o forte crescimento do setor turístico na AMP.

Em 2018 foram vendidos cerca de 49 mil títulos Andante Tour 1 e aproximadamente 64 mil títulos Andante Tour 3. A maior incidência de vendas ocorreu no mês de agosto.

### 4.3. Receita Intermodal

A receita Andante proveniente da venda de títulos e cartões intermodais ascendeu, em 2018, a 101,3 milhões de euros, refletindo um acréscimo de 6,2% relativamente ao ano anterior.

Parte significativa da receita resulta da venda em MVA instaladas na rede MP [43,0%] que, no exercício de 2018, regista um crescimento de 7,7% relativamente a 2017.

O canal de revendedores Pagaqui surge igualmente com uma quota considerável de carregamentos, na ordem dos 31%, embora se note já uma ligeira quebra pelo facto de ter repartido o canal de revendedores com a Payshop a partir do final de novembro.

A novidade surge naturalmente pela nova App **anda** que, embora de forma gradual, foi aumentando a sua quota nas vendas intermodais, terminando o ano com 0,2%.

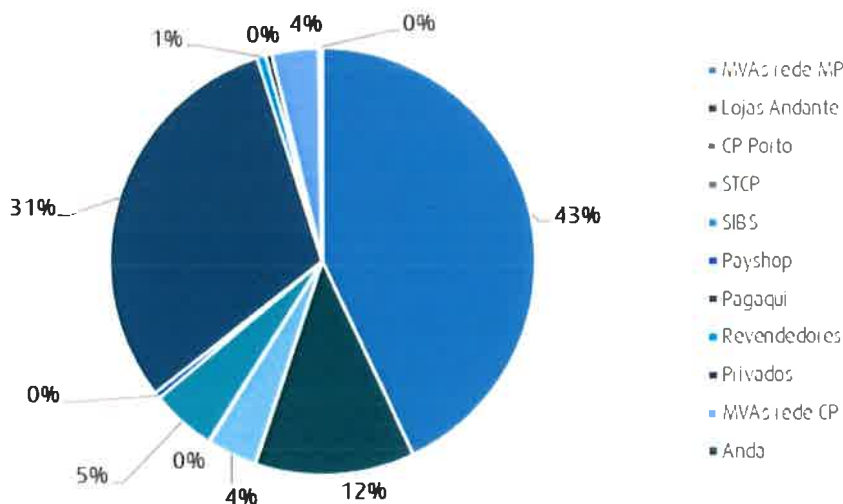


Figura 9 - Estrutura das Vendas por Canal

Da análise do total de carregamentos de títulos de transporte Andante, efetuados durante o ano de 2018, resulta que a sua maioria é realizada nos canais de venda automática, ou seja, nas



Máquinas de Venda Automática, nas Caixas Multibanco a através da App **anda**, tal como se pode observar no gráfico seguinte.

Os canais de venda manual englobam as lojas Andante, revendedores, agentes Pagaqui/Payshop e terminais dos operadores privados.

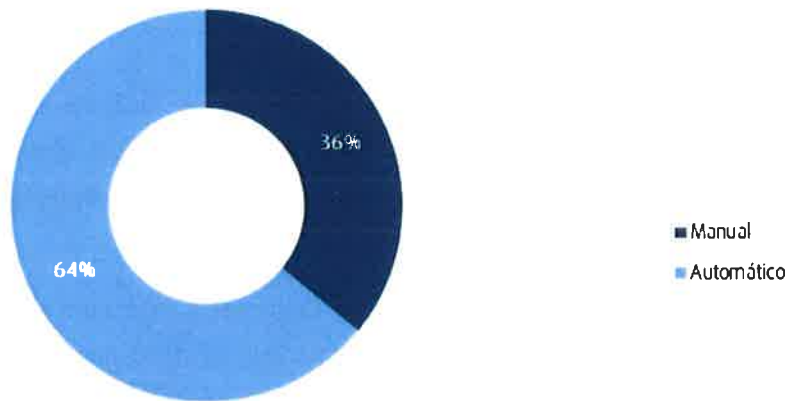


Figura 10 - Estrutura das Vendas por Tipo de Canal

Os carregamentos de assinaturas efetuados durante o ano de 2018 [1.846 mil], as respetivas validações [109,23 milhões] e a receita correspondente [56,32 milhões de euros], permitem constatar que os clientes de assinatura pagaram, em média, 0,52 euros por cada validação [superior em 4,29% relativamente a 2017] e efetuaram, em média, 59,18 validações por mês, valor também superior em 3,38% face ao mesmo período do ano anterior.

As assinaturas normais representaram 756 mil carregamentos e 45,23 milhões de validações, às quais corresponde uma receita de 28,10 milhões de euros, apresentando uma receita média de 0,62 euros por cada validação [superior em 3,37% relativamente a 2017] e um número médio mensal de 59,81 validações, superior em 8,70% face ao ano anterior.

Relativamente aos títulos de viagem Andante, do total de carregamentos efetuados [29,46 milhões], das respetivas validações [37,55 milhões] e da receita correspondente [40,22 milhões de euros], conclui-se que os portadores destes títulos pagaram, em média, 1,07 euros por cada validação [mais 1,97% do que em 2017] e efetuaram, em média, 1,27 validações, representando uma subida de 1,77% face ao período homólogo do ano anterior.

#### 4.4. Comunicação com o cliente

O **anda**, a aplicação móvel que permite ter o andante no telemóvel, foi lançado a 29 de junho de 2018 na estação Campo 24 de Agosto, tendo sido presidida pelo Senhor Ministro do Ambiente.

A nova App veio revolucionar a forma de viajar nos transportes públicos da AMP permitindo ao seu utilizador viajar de forma simples, rápida e cómoda sem precisar de conhecer todas as regras tarifárias, tendo a garantia de que no final do mês irá pagar o menor valor possível pelas viagens realizadas.

O lançamento da App, que marcou o exercício de 2018, foi apoiado por uma campanha de divulgação com alguma dimensão, entre junho e setembro, abrangendo diversas peças, meios e ações, que, para além de dar a conhecer a nova App, contemplou também a interação direta com o público.

Com um carácter igualmente inovador, foi levada a cabo uma parceria com a Universidade do Porto [UP] através de um projeto piloto que permitiu aos seus estudantes renovar o perfil Andante de forma digital, usufruindo assim do respetivo desconto por mais um ano. Todos os documentos anteriormente entregues presencialmente passaram a ser validados por via digital. Esta parceria entre o TIP e a UP tem como objetivo facilitar e tornar mais cómodo aos estudantes o processo de renovação do perfil, sem que haja a necessidade de deslocação a uma das lojas existentes, evitando tempos de espera desnecessários.

Estão em curso um conjunto de ações que visam permitir o alargamento deste processo às restantes instituições de Ensino Superior do Porto durante o próximo ano.

A ligação à Universidade Júnior levada a cabo pela Universidade do Porto surge novamente no exercício de 2018 quer através da divulgação da Mostra da Universidade Júnior, realizada de 12 a 15 de abril no Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, quer no apoio à identificação do melhor percurso ao menor custo para as deslocações no contexto das atividades dos vários cursos realizados em julho.

Manteve-se a participação nos principais eventos da cidade, nomeadamente no festival NOS Primavera Sound, de 7 a 9 de junho, com diversas alternativas de mobilidade, rápidas, cómodas e seguras, de e para o Parque da Cidade, bem como a presença no interior do recinto para venda de títulos de transporte e esclarecimento dos clientes.

Nos meses de setembro e outubro, a campanha "Regresso às Aulas 2018", marcou a comunicação com os clientes, incentivando à renovação de perfil atempada promovendo a redução das filas de espera. Neste âmbito, para além da divulgação nos meios habituais, o Andante marcou presença em diversas faculdades, de 10 a 14 de setembro, possibilitando aos



estudantes a renovação de perfil nesses mesmos locais, designadamente, Faculdade de Ciências, Faculdade de Letras e Faculdade de Engenharia.

Também no decorrer do mês de setembro, o Andante aderiu a diversas iniciativas enquadradas na Semana Europeia da Mobilidade, de 16 a 22, aliando-se à Câmara Municipal da Maia com o encerramento ao tráfego automóvel de uma extensão de mais de 1000 metros de ruas, sensibilizando para a importância não apenas de reduzir a utilização do automóvel pensando na componente da emissão de gases poluentes para a atmosfera, mas também e sobretudo pela importância de, dessa forma, devolver espaço ao peão.

Mantiveram-se em 2018 os acordos estabelecidos com diversas empresas concedendo descontos especiais na aquisição, pela respetiva empresa, de títulos de Assinatura anual para o seu efetivo e agregado familiar, estando em análise com a Tutela setorial a possibilidade de dinamização deste produto.

#### 4.4.1. Call Center

Em 2018, a Linhandante rececionou aproximadamente 38 mil chamadas de clientes ou lojas Andante, verificando-se um decréscimo de 10 mil chamadas em relação ao ano anterior.

Registou ainda cerca de 10.900 reclamações maioritariamente relacionadas com a nova App **anda** e com o início de atividade do revendedor Payshop.

Foram respondidos aproximadamente 2.400 pedidos de informação, sobretudo esclarecimentos sobre trajetos, tarifário e zonamento, emissão de faturas nas MVA, adesão aos perfis sociais e ainda várias dúvidas sobre a App **anda** e contactados cerca de 600 clientes, para atualização de dados relativos aos processos sociais entregues, particularmente entrega de documentos em falta.

Foram ainda registadas 4.000 avarias e situações problemáticas em todo o sistema intermodal, nomeadamente de MVA, Postos de Venda Assistida [PVA] e validadores, as quais foram devidamente encaminhadas para os prestadores de serviço de manutenção.

Registou também em lista negra mais de 7.000 cartões Andante em PVC perdidos e 5.000 cartões de papel inativos decorrentes do processo de alteração do modelo de dados nos validadores.

De salientar os elogios recebidos pela qualidade do atendimento quer da Linhandante quer das lojas Andante facto também realçado pelo Portal da Queixa, estando o Andante a atingir elevados índices de satisfação. Este Índice tem por base o cálculo da interação da marca com o consumidor através dos parâmetros tempo médio de resposta, taxa de resposta, taxa de solução

[reclamações resolvidas] e *feedback* dos clientes. Trata-se de um canal isento e de referência na internet, para a partilha de experiências, soluções e informação em matéria de consumo.

#### 4.4.2. Tratamento de Reclamações

O volume de reclamações recebidas em 2018 [10.908] registou uma subida expressiva de aproximadamente 46% face a 2017 [7.474] facto maioritariamente explicado pelo lançamento da App **anda** e introdução do revendedor Payshop. As reclamações relativas à App **anda** estão relacionadas essencialmente com a fase de adesão e ainda com a forma incorreta de validação. Do total das reclamações registadas, cerca de 32% referem-se a questões relacionadas com as MVA, percentagem que reflete um decréscimo considerável relativamente ao período homólogo do ano anterior [aproximadamente 46%]. Note-se que em abril estes equipamentos passaram a ser da responsabilidade da Metro do Porto sendo as reclamações reencaminhadas diretamente para este operador saindo assim da esfera de análise do TIP.

Em dezembro a Metro do Porto passou a disponibilizar folhetos de reclamação próprios, razão pela qual as reclamações sobre operação e autos de notícia deixaram de dar entrada na Linhandante.

*Z*

## 5. Auditorias à Atividade do TIP

### 5.1. Inspeção Geral de Finanças

Conforme ofício 2018/220/A3/762 enviado pela Inspeção Geral de Finanças [IGF], foi realizada uma auditoria financeira, a qual teve como objetivo principal analisar a conformidade do método de cálculo da compensação financeira objeto do *Acordo para a implementação do tarifário social no Sistema Intermodal Andante*, assim como proceder à certificação da mesma para o exercício de 2017.

O TIP encontra-se a aguardar o respetivo relatório de auditoria.

*Finanças*

*17p*

## 6. O TIP e os seus Colaboradores

### 6.1. Estrutura Organizacional

A estrutura organizacional deste agrupamento reflete a sua organização por processos, tendo a estrutura atual sido aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada a 13 de dezembro de 2010.

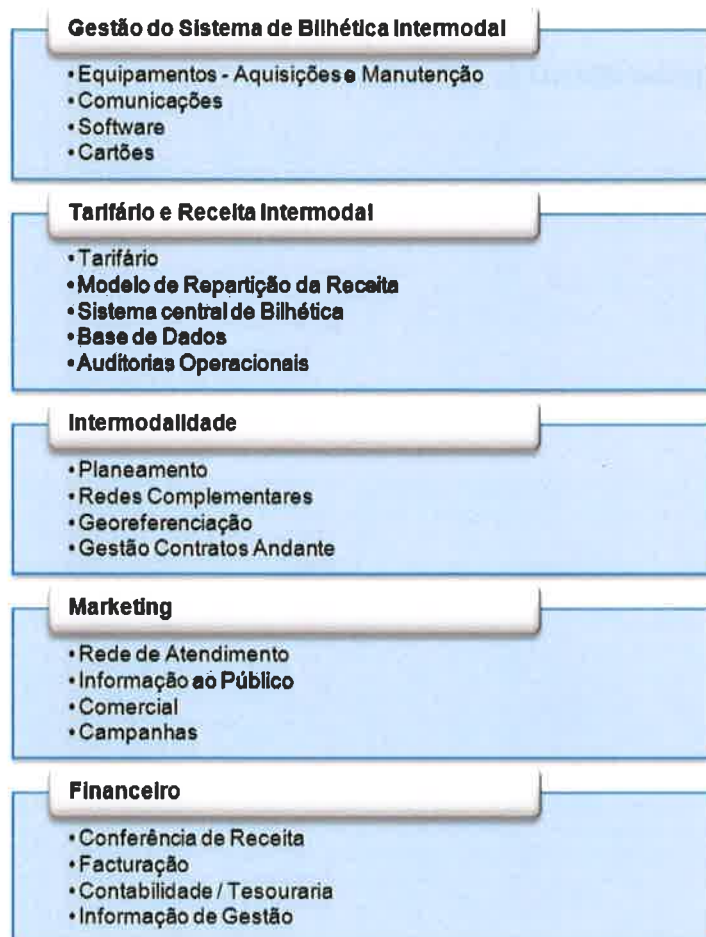


Figura 11 - Estrutura Organizacional

## 6.2. Recursos Humanos

Nos termos do Despacho Conjunto dos Ministérios das Finanças e das Obras Públicas, Transportes e Habitação de 20 de dezembro de 2002, o TIP não dispõe de quadro de pessoal próprio, sendo a disponibilização dos seus recursos humanos, bem como do Administrador Delegado, responsável pela gestão corrente do ACE, assegurada pelas Agrupadas.

Colaboradores / Empresa	2016	2017	2018
MP	7	8	8
STCP	3	4	4
CP	1	1	1
	<b>11</b>	<b>13</b>	<b>13</b>

Tabela 4 - Número de Colaboradores por Empresa de Origem

A composição do Conselho de Administração no final do exercício era a que consta do quadro abaixo:

### Mandato 2016-2018

Cargo	Empresa Representada
Presidente	Metro do Porto, SA
Vogal	CP - Comboios de Portugal, EPE
Vogal	STCP, SA
Vogal	Eleito pela Assembleia Geral
Administrador Delegado	Eleito pela Assembleia Geral

Tabela 5 - Composição do Conselho de Administração em 31 de Dezembro 2018

## 7. O TIP e as suas Agrupadas

### 7.1. Estrutura Societária

O TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE é um agrupamento complementar de empresas, constituído a 20 de dezembro de 2002, pelos operadores de capitais públicos: Metro do Porto, SA [MP], Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, SA [STCP] e Comboios de Portugal, EPE. [CP].

Não se registaram alterações no capital social do Agrupamento de 30.000 euros [trinta mil euros], mantendo-se a estrutura societária inicial, continuando o TIP a ser detido equitativamente pelas suas três agrupadas.

Empresa	% Capital
CP - Comboios de Portugal, EPE	33,3%
Metro do Porto, S.A.	33,3%
STCP - Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A.	33,3%

Tabela 6 - Estrutura do capital do TIP

### 7.2. Composição dos Órgãos Sociais

#### Mesa da Assembleia Geral

A composição da Mesa da Assembleia Geral, para o mandato 2016-2018, foi aprovada em reunião deste órgão de 8 de fevereiro de 2016.

#### Mandato 2016 - 2018

Cargo	Nome
Presidente	Jorge Miguel Osório de Castro Ribeiro Pinheiro de Magalhães
Vice - Presidente	Fernando Manuel Moreira
Secretário	Carlos Paulo Rocha de Sousa Santos Correia

Tabela 7 - Composição da Mesa da Assembleia Geral



As competências da Assembleia Geral do TIP encontram-se definidas no ponto 8 do Artigo 8º dos seus Estatutos. São da competência da Assembleia Geral, além das previstas na lei, as matérias seguintes:

- Alteração dos Estatutos;
- Aprovação do relatório anual de gestão e contas do exercício;
- Entrada de novos membros para o Agrupamento, bem como consentimento à cessão da participação de qualquer membro no Agrupamento;
- Exclusão de qualquer membro;
- Dissolução do Agrupamento e aprovação das contas de liquidação;
- Quaisquer atos que não sejam da competência exclusiva do Conselho de Administração, ou que lhe sejam submetidos por este, ou que as Agrupadas decidam incluir na sua esfera de competência ou submeter, caso a caso, à deliberação da Assembleia.

### Conselho de Administração

Cada entidade agrupada tem o direito de designar um administrador para o Conselho de Administração, sendo os restantes dois eleitos em Assembleia Geral que designará o Presidente. A eleição do Conselho de Administração para o triénio 2016-2018 foi aprovada em reunião de Assembleia Geral de 08 de fevereiro de 2016.

#### Mandato 2016 - 2018

Cargo	Nome	Empresa Representada
Presidente	Jorge Moreno Delgado	Metro do Porto, SA
Vogal	José Manuel Rodrigues Gaspar	CP - Comboios de Portugal, EPE
Vogal	Pedro José Ferreira Morais	STCP, SA
Vogal	Maria João Ferreira da Silva Santos	Eleita pela Assembleia Geral
Administrador Delegado	João Rui de Sousa Simões Fernandes Marrana	Eleito pela Assembleia Geral

Tabela 8 - Composição do Conselho de Administração de 8 de fevereiro de 2016 a 30 de janeiro de 2018

A 30 de janeiro de 2018, em reunião do Conselho de Administração do TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE, foi cooptado o Vogal do Conselho de Administração indicado pela

Agrupada STCP, na sequência da renúncia apresentada pelo Senhor Dr. Pedro José Ferreira Morais, passando a composição deste órgão a ser a referida na Tabela 9.

#### Mandato 2016 - 2018

Cargo	Nome	Empresa Representada
Presidente	Jorge Moreno Delgado	Metro do Porto, SA
Vogal	José Manuel Rodrigues Gaspar	CP - Comboios de Portugal, EPE
Vogal	Paulo de Azevedo Pereira da Silva	STCP, SA
Vogal	Maria João Ferreira da Silva Santos	Eleita pela Assembleia Geral
Administrador Delegado	João Rui de Sousa Simões Fernandes Marrana	Eleito pela Assembleia Geral

Tabela 9 - Composição do Conselho de Administração de 30 de janeiro de 2018 a 25 de fevereiro de 2019

Já em data posterior ao final de 2018 mais precisamente em 25 de fevereiro de 2019, tendo presente a renúncia apresentada pelo Senhor Prof. Jorge Moreno Delgado e a indicação dada pela Agrupada MP, o Conselho de Administração cooptou o Dr. Pedro Manuel de Azeredo Ferreira Lopes como Presidente.

Nos termos do Artigo 9º ponto 4 dos Estatutos do TIP, "compete ao Conselho de Administração, sem prejuízo das demais competências que a lei ou os presentes Estatutos lhe conferem, a definição da estratégia e as políticas a seguir pelo Agrupamento, bem como a prática de quaisquer atos tendentes à realização do objeto do Agrupamento."

Nos termos do número 5 do mesmo artigo, a gestão corrente da sociedade encontra-se delegada num administrador – Administrador Delegado – no respeito dos limites fixados pelo Conselho de Administração exarados no ponto 3 b], da Ata nº 117, de 29 de fevereiro 2016.

#### Fiscal Único

Nos termos do Artigo 12º ponto 3 dos Estatutos do TIP, "o Agrupamento terá um Fiscal Único, a designar pela Assembleia Geral, por um período de três anos, que deverá ser um Revisor Oficial de Contas ou uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, com as funções de fiscalizar a gestão e dar parecer sobre as contas e as demais previstas na lei relativamente às sociedades anónimas".

A eleição do Fiscal Único para o triénio 2016-2018 foi aprovada em reunião de Assembleia Geral de 30 de março de 2016 sendo as funções exercidas pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas António Magalhães & Carlos Santos, SROC, inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o nº53 e registada na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários com o nº

20161396, representada pelo Senhor Dr. Carlos Afonso Dias Leite Freitas dos Santos, Revisor Oficial de Contas nº1314.

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas António Magalhães & Carlos Santos presta serviços de ROC no TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE desde o exercício económico de 2003. Até ao ano de 2012 a SROC foi representada pelo sócio Carlos Alberto Freitas dos Santos [ROC n.º 177], passando a ser representada pelo sócio Carlos Afonso Dias Leite Freitas dos Santos [ROC n.º 1314], desde o exercício de 2013.

### 7.3. Modelo de Governo do TIP

O modelo de governo do ACE encontra-se detalhado no Relatório de Governo Societário.

## 8. Obrigações de Reporte enquanto Membro do Setor Empresarial do Estado

A informação constante do presente capítulo foi elaborada em cumprimento pela legislação aplicável, nomeadamente o Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, com as alterações entretanto introduzidas, que aprovou o Regime Jurídico do Setor Empresarial do Estado e dando cumprimento às orientações recebidas através do ofício-circular nº 1116 de 12 de março de 2019 da Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

### 8.1) Objetivos de Gestão e Plano de Atividades de Orçamento

Não foram definidos objetivos de gestão pelas Agrupadas para o ano de 2018.

O Plano de Atividades foi aprovado pela Assembleia Geral na sua reunião de 29 de março de 2018 apresentando a tabela seguinte a execução financeira do Plano de Atividades e Orçamento para 2018:

INDICADORES	31/12/2017	31/12/2018	Δ 17/18	Orçamento 2018	% Execução
Colaboradores em Funções no TIP	13	13	0,0%	13	100%
Administrador Delegado	1	1	0,0%	1	100%
Cedidos pelas Agrupadas	12	12	0,0%	12	100%
Custos Operacionais (sem amortizações)	5 602 126	4 949 765	-11,6%	4 407 638	112%
Volume de Negócios	6 684 974	6 839 418	2,3%	5 898 502	116%
Resultado Líquido Exercício	709 599	1 615 503	127,7%	972 892	166%
EBITDA	1 459 838	2 362 374	61,8%	1 637 237	144%
Investimento	1 685 980	1 467 777	-12,9%	2 000 000	73%

No exercício de 2018 registou-se um investimento na ordem dos 1,5 milhões de euros. Neste valor está incluída a transferência definitiva de equipamento intermodal para a agrupada Metro do Porto. De referir, no entanto, que à data da alienação, este equipamento já se encontrava amortizado quase na totalidade.

### 8.2) Gestão do Risco Financeiro

A tabela seguinte apresenta a evolução dos encargos financeiros e da taxa média de financiamento nos últimos cinco anos:

Anos	2014	2015	2016	2017	2018
Encargos Financeiros (€)	23 114,82	12 105,93	3 156,00	n.a.	n.a.
Taxa Média de Financiamento (%)	1,66%	1,57%	2,11%	n.a.	n.a.

No exercício de 2018, a empresa não deve qualquer montante relativo a passivo remunerado.

### 8.3) Limite de Crescimento do Endividamento

A tabela seguinte apresenta a evolução do passivo remunerado:

Passivo Remunerado (€)	2014	2015	2016	2017	2018	Δ 17/18	
						Valor	%
Financiamentos Obtidos	1 005 811,34	377 997,84	0,00	0,00	0,00	0,00	-
— dos quais concedidos pela DGTf	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Aumentos de Capital por dotação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Aumentos de Capital por conversão de créditos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
<b>Endividamento Ajustado</b>	<b>1 005 811,34</b>	<b>377 997,84</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-</b>

À data de 31 de dezembro de 2018, a empresa não detinha qualquer montante relativo a passivo remunerado.

### 8.4) Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores e Pagamentos em Atraso

A Evolução do Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores, em conformidade com a RCM nº 34/2008, de 22 de fevereiro, alterada pelo Despacho nº 9870/2009, de 13 de abril, e divulgação nos atrasos nos pagamentos [“*arrears*”], conforme definido no Decreto-Lei nº 65 – A / 2011, de 17 de maio, encontra-se descrita nas tabelas seguintes.

PMP	2017	2018	Δ 17/18
Prazo (dias)	135	78	-42,2%

Dívidas Vencidas (€)	Dívidas vencidas de acordo com o Art. 1º DL 65 - A / 2011				
	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aquisição de Bens e Serviços	4 320 438	13 012	17 046	0	13 925
Aquisições de Capital	45 369	11 070	966	4 797	0
<b>Total</b>	<b>4 365 807</b>	<b>24 082</b>	<b>18 012</b>	<b>4 797</b>	<b>13 925</b>

### 8.5) Recomendações quando da Aprovação das Contas de 2017

Não foi emitida qualquer recomendação dos acionistas quando da aprovação das contas do TIP referente ao exercício de 2017.



## 8.6) Remunerações

### Mesa da Assembleia Geral

Os membros da Assembleia Geral não auferem qualquer remuneração.

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Remuneração Anual 2018 (€)			
				Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4)=(1)-(2)+(3)
2016 - 2018	Presidente	Jorge Miguel Osório de Castro Ribeiro Pinheiro de Magalhães	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
2016 - 2018	Vice-Presidente	Fernando Manuel Moreira	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
2016 - 2018	Secretário	Carlos Paulo Rocha de Sousa Santos Correia	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.

### Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração não auferem qualquer remuneração em virtude de serem remunerados pelas suas empresas de origem. O montante anual da remuneração auferida pelo Administrador Delegado é apresentado nos quadros seguintes:

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO (1)			Nº Mandatos
			Forma	Data	Sim / Não	Entidade Origem	Entidade Pagadora (O/D)	
2016 - 2018	Presidente	Jorge Moreno Delgado	AG	08/02/2016	n. a.	n. a.	n. a.	1
2016 - 2018	Vogal	Paulo de Azevedo Pereira da Silva (*)	AG	30/01/2018	n. a.	n. a.	n. a.	1
2017 - 2018	Vogal	José Manuel Rodrigues Gaspar	AG	14/09/2017	n. a.	n. a.	n. a.	1
2016 - 2018	Vogal	Pedro José Ferreira Moraes (*)	AG	08/02/2016	n. a.	n. a.	n. a.	1
2016 - 2018	Vogal	Maria João Ferreira da Silva Santos	AG	08/02/2016	n. a.	n. a.	n. a.	2
2016 - 2018	Administrador Delegado	João Rui de Sousa Simões Fernandes Marrana	AG	08/02/2016	n. a.	n. a.	n. a.	1

(1) Opção pela remuneração do Lugar de origem - previsto no nº 8 do artigo 28º do EGP ; entidade pagadora (O-Origem / D-Destino)  
(\*) Cooptado vogal na reunião de 30 de janeiro de 2018, após renúncia do Dr. Pedro José Ferreira Moraes, por carta datada de 31-12-2017.

Membro do CA [Nome]	Acumulação de Funções		
	Entidade [Identificar]	Função [Identificar]	Regime [Público/Privado]
Jorge Moreno Delgado	Metro do Porto, SA	Presidente	Público
	STCP - Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, SA	Presidente	Público
Paulo de Azevedo Pereira da Silva (*)	STCP - Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, SA	Presidente	Público
José Manuel Rodrigues Gaspar	CP- Comboios de Portugal, E P E	Assessor	Público
Pedro José Ferreira Moraes (*)	STCP - Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, SA	Vogal	Público
Maria João Ferreira da Silva Santos	CP- Comboios de Portugal, E P E	Técnica Superior	Público
João Rui de Sousa Simões Fernandes Marrana	Metro do Porto, SA	Assessor	Público

(\*) Cooptado vogal na reunião de 30 de janeiro de 2018, após renúncia do Dr. Pedro José Ferreira Moraes, por carta datada de 31-12-2017.

*Handwritten signature and initials in the bottom right corner.*

Membro do CA	Estatuto do Gestor Público			
	Fixado	Classificação	Remuneração Mensal Bruta (€)	
(Nome)	(S/N)	(A/B/C)	Vencimento Mensal	Despesas Representação
Jorge Moreno Delgado	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
Paulo de Azevedo Pereira da Silva (*)	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
José Manuel Rodrigues Gaspar	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
Pedro José Ferreira Morais (**)	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
Maria João Ferreira da Silva Santos	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
João Rui de Sousa Simões Fernandes Marrana	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.

(\*) Cooptado vogal na reunião de 30 de janeiro de 2018, após renúncia do Dr. Pedro José Ferreira Morais, por carta datada de 31-12-2017.  
EGP - Estatuto do Gestor Público

Membro do CA	Remuneração Anual 2018 (€)					
	Fixa	Variável	Valor Bruto	Reduções Remuneratórias	Reversões Remuneratórias	Valor Bruto Final
(Nome)	(1)	(2)	(3)=(1)+(2)	(4)	(5)	(6)=(3)-(4)+(5)
Jorge Moreno Delgado	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
Paulo de Azevedo Pereira da Silva (*)	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
José Manuel Rodrigues Gaspar	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
Pedro José Ferreira Morais (**)	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
Maria João Ferreira da Silva Santos	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
João Rui de Sousa Simões Fernandes Marrana (**)	59 500,00	3 112,13	62 612,13	0,00	0,00	62 612,13

(1) O valor da remuneração fixa corresponde ao vencimento + despesas de representação (sem reduções / reversões remuneratórias)

(4) e (5) - reduções e reversões remuneratórias previstas no artigo 12º da Lei nº 12-A/2010 de 30 de junho, na Lei nº 75/2014 de 12 de setembro e na Lei nº 159-A/2015 de 30 de dezembro

(\*) Cooptado vogal na reunião de 30 de janeiro de 2018, após renúncia do Dr. Pedro José Ferreira Morais, por carta datada de 31-12-2017

(\*\*) Existe um contrato de prestação de serviços onde está prevista a afetação dos respetivos recursos humanos, todos remunerados pelas respetivas empresas de origem

Membro do CA	Benefícios Sociais (€)							
	Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Encargo Anual Seguro de Saúde	Encargo Anual Seguro de Vida	Outros	
	Valor / Dia	Montante Pago Ano	Identificar	Encargo Anual			Identificar	Valor
Jorge Moreno Delgado	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
Paulo de Azevedo Pereira da Silva (*)	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
José Manuel Rodrigues Gaspar	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
Pedro José Ferreira Morais (**)	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
Maria João Ferreira da Silva Santos	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
João Rui de Sousa Simões Fernandes Marrana (**)	6,41	1 371,74	Segurança Social	14 780,57	1 045,26	0,00	Seguro ACT	418,15
		<b>1 371,74</b>		<b>14 780,57</b>	<b>1 045,26</b>	<b>0,00</b>	<b>Seguro ACT</b>	<b>418,15</b>

(\*) Cooptado vogal na reunião de 30 de janeiro de 2018, após renúncia do Dr. Pedro José Ferreira Morais, por carta datada de 31-12-2017

(\*\*) Existe um contrato de prestação de serviços onde está prevista a afetação dos respetivos recursos humanos, todos remunerados pelas respetivas empresas de origem

Membro do CA	Encargos com Viaturas (€)							
	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da	Modalidade (1)	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal	Gasto Anual com Rendas
(Nome)	S/N	S/N	(€)	(Identificar)			(€)	(€)
Jorge Moreno Delgado	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
Paulo de Azevedo Pereira da Silva (*)	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
José Manuel Rodrigues Gaspar	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
Pedro José Ferreira Morais (**)	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
Maria João Ferreira da Silva Santos	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
João Rui de Sousa Simões Fernandes Marrana (**)	Sim	Sim	0,00	ReNTing	2 017	2 021	454,15	5 449,80

(1) Aquisição ALO: Leasing ou outra

(\*) Cooptado vogal na reunião de 30 de janeiro de 2018, após renúncia do Dr. Pedro José Ferreira Morais, por carta datada de 31-12-2017

(\*\*) Existe um contrato de prestação de serviços onde está prevista a afetação dos respetivos recursos humanos, todos remunerados pelas respetivas empresas de origem



Membro do CA (Nome)	Gastos anuais associados a Deslocações em serviço					Gasto total com viagens
	Deslocações em Serviço	Custos com Alojamento	Ajudas de Custo	Outras		
				Identificar	Valor	
Jorge Moreno Delgado	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
Paulo de Azevedo Pereira da Silva (*)	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
José Manuel Rodrigues Gaspar	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
Pedro José Ferreira Morais (*)						
Maria João Ferreira da Silva Santos	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
João Rui de Sousa Simões Fernandes Marana (*)	433,16	685,19	513,53	Refeições	1 754,14	3 386,02
						<b>3 386,02</b>

(\*) Cooptado vogal na reunião de 30 de janeiro de 2018, após renúncia do Dr. Pedro José Ferreira Morais, por carta datada de 31-12-2017.

(\*\*) Existe um contrato de prestação de serviços onde está prevista a afetação dos respetivos recursos humanos, todos remunerados pelas respetivas empresas de origem.

## Fiscal Único

O montante anual da remuneração auferida pelo Fiscal Único é apresentado nos quadros seguintes.

Mandato (Inicio - Fim)	Cargo	Identificação SROC / ROC			Designação			Nº de Anos de funções exercidas no grupo
		Nome	Nº Inscrição na OROC	Nº Registo na CMVM	Forma (1)	Data	Contratada	
2016 - 2018	Vogal Efetivo	Sociedade de Revisores Oficiais de Contas António Magalhães & Carlos Santos, SROC, representada pelo Dr. Carlos Afonso Dias Leite Freitas dos Santos	SROC nº 53 ROC nº 1314	20 161 396	AG	30/03/2016	n. a.	n. a.

Legenda - (1) Assembleia Geral (AG) / Deliberação Unânime por Escrito (DUE) / Despacho (D)

Nome	Remuneração Anual 2018 (€)			
	Bruta	Redução Remuneratória	Reversão Remuneratória	Valor Final
	(1)	(2)	(3)	(4)=(1)-(2)+(3)
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas António Magalhães & Carlos Santos, SROC, representada pelo Dr. Carlos Afonso Dias Leite Freitas dos Santos	5 000,00	0,00	0,00	5 000,00
	<b>5 000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5 000,00</b>

## Auditor Externo

O montante anual da remuneração auferida pelo Auditor Externo é apresentado nos quadros seguintes.

Identificação do Auditor Externo (SROC/ROC)		Contratação		Remuneração Anual 2017 (€)				
Nome	Nº Inscrição na OROC	Nº Inscrição na CMVM	Data	Período	Valor da Prestação de Serviços (*)	Reduções Remuneratórias	Reversão Remuneratória	Valor após Reduções
					(1)	(2)	(3)	(4)=(1)-(2)+(3)
PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda	183	9 077	10/10/2016	Exercícios de 2016, 2017 e 2018	5 600,00	0,00	0,00	5 600,00

(\*) Valor anual



	PWC	Total	
Remuneração paga ao Auditor Externo	3 053,00	3 053,00	100,00%
Valor dos serviços de revisão de contas		0,00	
Valor dos serviços de consultoria fiscal		0,00	
Valor de outros serviços que não revisão de contas		0,00	
<b>Total pago pela empresa ao Auditor Externo</b>	<b>3 053,00</b>	<b>3 053,00</b>	<b>100,00%</b>

### Restantes Trabalhadores

O TIP não dispõe de quadro de pessoal próprio, sendo a disponibilização dos seus recursos humanos assegurada pelas Agrupadas.

### 8.7) Aplicação do Estatuto de Gestor Público

Não são utilizados cartões de crédito nem outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa.

Não foram reembolsadas a gestores públicos quaisquer despesas no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

O valor das despesas associadas a comunicações, que incluem telefone móvel, telefone domiciliário e internet é apresentado no quadro seguinte.

Membro do CA (Nome)	Gastos com Comunicações (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Jorge Moreno Delgado	n. a.	n. a.	n. a.
Paulo de Azevedo Pereira da Silva (*)	n. a.	n. a.	n. a.
José Manuel Rodrigues Gaspar	n. a.	n. a.	n. a.
Pedro José Ferreira Morais (*)	n. a.	n. a.	n. a.
Maria João Ferreira da Silva Santos	n. a.	n. a.	n. a.
João Rui de Sousa Simões Fernandes Marrana	80,00	292,17	n. a.
		<b>292,17</b>	

(\*) Cooptado vogal na reunião de 30 de janeiro de 2018, após renúncia do Dr. Pedro José Ferreira Morais, por carta datada de 31-12-2017.

O valor de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço é apresentado no quadro seguinte.

Membro do CA (Nome)	Plafond Mensal Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a Viaturas (€)			
		Combustível	Portagens	Total	Observações
Jorge Moreno Delgado	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
Paulo de Azevedo Pereira da Silva (*)	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
José Manuel Rodrigues Gaspar	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
Pedro José Ferreira Morais (*)	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
Maria João Ferreira da Silva Santos	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
João Rui de Sousa Simões Fernandes Marrana	200,00	1 346,05	47,06	1 393,11	n. a.
				<b>1 393,11</b>	

(\*) Cooptado vogal na reunião de 30 de janeiro de 2018, após renúncia do Dr. Pedro José Ferreira Morais, por carta datada de 31-12-2017.

### 8.8) Realização de despesas não documentadas ou confidenciais

Não foram realizadas quaisquer despesas não documentadas ou confidenciais.

### 8.9) Relatório anual sobre remunerações pagas a mulheres e homens

O TIP não dispõe de quadro de pessoal próprio nem processa remunerações.

### 8.10) Relatório anual sobre prevenção da Corrupção

Não foram observadas ocorrências de factos de corrupção.

### 8.11) Aplicação das orientações relativas às normas de Contratação Pública

O TIP respeita as normas de contratação pública aquando do lançamento dos procedimentos concursais.

Procede-se ao lançamento de procedimentos públicos de aquisição, nos termos do artigo 11.º do Código dos Contratos Públicos, para os quais o Conselho de Administração identifica a sua necessidade, aprova o lançamento, as peças concursais e nomeia o júri respetivo.

A aquisição de bens de investimento e de bens e serviços é autorizada pelo Conselho de Administração com base em fundamentação técnico-jurídica, sendo posteriormente as respetivas adjudicações imperativamente autorizadas pelo Conselho de Administração.

Não existiram atos ou contratos celebrados de valor superior a 5 milhões de euros.

### 8.12) Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas

Não aplicável.

### 8.13) Medidas de redução de gastos operacionais

Não aplicável.

### 8.14) Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

O TIP, no quadro da respetiva gestão financeira, mantém as suas disponibilidades e aplicações junto da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E., nos termos do regime jurídico aplicável à tesouraria do Estado.

Pontualmente, resultado de particularidades técnicas do negócio e da indisponibilidade de serviços ou soluções por parte da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, o TIP tem necessidade de colocar, sem prejuízo de posterior consolidação de saldos, fundos fora da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E.. Nesse sentido, e ao abrigo do disposto no número n.º 3 do Artigo 28.º do Decreto-Lei 133/2013, o TIP solicitou regime de exceção relativamente a essas situações pontuais. O Ofício n.º SGC – 20443 de 27 de dezembro de 2018 vem excepcionar a colocação dos referidos fundos fora da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública.

Banca Comercial/IBAN	31/03/2018	30/06/2018	30/09/2018	31/12/2018
Millennium BCP	1 025 614,36	1 533 244,38	978 537,89	2 130 064,46
Banco Santander	196 068,41	260 125,35	160 163,72	701 134,03
Caixa Geral de Depósitos	3 325,25	3 378,97	52 194,40	169 113,30
Banco BPI	73 274,31	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>1 298 282,33</b>	<b>1 796 748,70</b>	<b>1 190 896,01</b>	<b>3 000 311,79</b>
Juros auferidos	0,00	0,00	0,00	0,00

O saldo disponível em contas TIP mantidas na banca comercial à data de 31-12-2018, corresponde, em grande medida, ao depósito de valores relativos ao serviço de recolha de valores e a terminais de pagamento automático [TPA] das máquinas de venda automática [MVA] e postos de venda assistida [PVA].

### 8.15) Divulgação das recomendações do Tribunal de contas nos últimos 3 anos

Não foi emitida qualquer recomendação às contas do TIP referente aos últimos 3 anos.

### 8.16) Divulgação de Informação

O TIP não divulga informação no sítio da internet do SEE [Portal da DGTF].

*[Handwritten mark]*

Toda a informação relevante sobre o governo do ACE e elementos de prestação de contas, bem como desempenho mensal do ACE em termos operacionais, é apresentada na página de internet em [www.linhandante.com](http://www.linhandante.com).

O TIP é um agrupamento complementar de empresas, pelo que o cumprimento das orientações legais, nomeadamente o que se refere à divulgação da informação no site do SEE, é efetuado pelas 3 agrupadas que o constituem.

*[Handwritten signature]*

## 9. Desempenho Económico e Financeiro

### 9.1. Introdução

O TIP é um agrupamento que tem como objeto a gestão de um sistema de bilhética intermodal comum aos operadores de transporte aderentes ao SIA, três empresas agrupadas e nove operadores rodoviários privados.

É assim responsável, entre outras atividades, pela gestão da receita da venda de títulos e cartões intermodais, pelo processamento e repartição dessa receita, de acordo com o modelo de repartição aprovado, pela aquisição e exploração dos equipamentos intermodais e pela gestão do sistema de informação aos clientes. Complementarmente, assegura também a gestão dos equipamentos de bilhética monomodal da empresa agrupada STCP.

Em termos de orientação económica e financeira, é reconhecido que o objetivo deste ACE não consiste na maximização dos seus resultados, mas antes corresponde à otimização da eficiência da rede comercial e do sistema de bilhética, na dupla perspetiva do cliente e das empresas agrupadas: a primeira visando facilitar o acesso ao transporte público e a segunda orientada para a redução dos custos de operação dos sistemas. Posiciona-se, assim, este agrupamento como uma entidade instrumental, sujeita a princípios de eficácia e de equilíbrio económico.

A principal fonte de receita do TIP consiste nas comissões cobradas aos operadores aderentes ao Sistema Intermodal Andante, apuradas em função do total de validações e da receita repartida, a que acresce o valor cobrado aos clientes pelos cartões vendidos.

### 9.2. Situação Patrimonial

BALANÇO	2017	2018	Varição 2018/17
Ativos Fixos Tangíveis	1 315 273	1 391 876	5,82%
Ativos Intangíveis	1 081 215	1 826 299	68,91%
Inventários	341 500	597 549	74,98%
Clientes	1 775 367	1 288 832	-27,40%
Estado e outros entes públicos	107 337	93 367	-13,02%
Outros créditos a receber	3 206 903	3 003 673	-6,34%
Diferimentos	19 127	19 132	0,02%
Caixa e Depósitos Bancários	10 868 667	12 833 475	18,08%
<b>Ativo</b>	<b>18 715 389</b>	<b>21 054 202</b>	<b>12,50%</b>
Capital subscrito	30 000	30 000	0,00%
Resultados transitados	-653 707	55 891	-108,55%
Subsídios ao investimento	984 549	1 073 422	9,03%
Resultado líquido do período	709 599	1 615 503	127,66%
<b>Capital Próprio</b>	<b>1 070 440</b>	<b>2 774 817</b>	<b>159,22%</b>

Fornecedores	849 106	1 568 104	84,68%
Fornecedores de Investimentos	196 848	213 294	8,35%
Estado e outros entes públicos	153 984	110 564	-28,20%
Outras dívidas a pagar	16 445 011	16 387 423	-0,35%
<b>Passivo</b>	<b>17 644 949</b>	<b>18 279 385</b>	<b>3,60%</b>

[valores expressos em euros]

Registou-se em 2018 um nível de investimento na ordem dos 1,5 milhões de euros [face a 1,7 milhões de euros no ano anterior], na sua maioria referente ao projeto de bilhética desmaterializada, suportado nos dispositivos de comunicação móvel [*smartphones*] dos clientes, designado de Projeto **anda**. O valor restante é justificado, em grande medida, por investimentos de requalificação do parque de equipamentos de bilhética, com o intuito de garantir a sua disponibilidade e prolongar a vida útil dos mesmos.

Dado o investimento realizado em 2018, regista-se um aumento do ativo não corrente em 34% face a 2017.

No que respeita ao ativo corrente, regista-se uma diminuição das dívidas de clientes [27%], ascendendo estas a 1,3 milhões de euros, no final do exercício. Neste ponto destaca-se a regularização, em fevereiro de 2018, dos valores em aberto relativos ao contrato de cedência de equipamentos de bilhética com a CP-Comboios de Portugal, E.P.E. Em sentido contrário, merece destaque a evolução das dívidas da Metro do Porto, S.A., resultado da transferência de encargos ao abrigo do novo contrato de cedência de equipamentos instalados na rede de metro.

De registar uma diminuição da rubrica Outros Créditos a Receber, na ordem dos 6% face ao ano transato, para um total no final do exercício de 3 milhões de euros. Esta diminuição resulta sobretudo da receita em poder de terceiros no valor de 1,6 milhões de euros, valor que corresponde a receita intermodal em trânsito à data de 31 de dezembro de 2018, e que ainda não tinha sido transferida para as contas bancárias do TIP.

Os valores a receber do Estado, 93 mil euros, são na quase totalidade referentes a verbas de IVA a recuperar.

A rubrica “caixa” inclui receita em trânsito no valor de 873 mil euros, correspondente a valores de receita intermodal por transferir para as contas bancárias do TIP à data de 31 de dezembro de 2018.

É importante sublinhar que o TIP atingiu no exercício de 2017 um valor positivo dos capitais próprios, ascendendo em 2018 a 2,8 milhões de euros. A melhoria desta rubrica resulta, quer do resultado líquido positivo verificado nos exercícios, quer do subsídio ao investimento recebido, em 2017, este último decorrente do incentivo atribuído pelo Fundo Ambiental para o Projeto Piloto **anda**.

Ao nível do passivo corrente, destaca-se a rubrica Outras Dívidas a Pagar, maioritariamente composta por receita intermodal repartida e faturada ao TIP pelos operadores aderentes ao SIA, genericamente processada em data posterior ao fecho de cada mês.

De registar o aumento de 84,7% das dívidas a fornecedores correntes e um aumento de 8,4% do valor em dívidas a fornecedores de investimentos. O primeiro caso é justificado maioritariamente pelo saldo em aberto com a agrupada Metro do Porto relativamente a comissões de rede de vendas devidas pelo TIP. O segundo caso resulta dos investimentos em curso, nomeadamente aqueles relativos ao Projeto **anda**.

### 9.3. Resultados

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	2017	2018	Variação 2018/17
CMVMC	-722 453	-411 146	-43,09%
Fornecimentos e serviços externos	-4 252 428	-3 907 314	-8,12%
Gastos com o pessoal	-627 244	-631 304	0,65%
Outros gastos e perdas	-120 365	-43 257	-64,06%
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-583 081	-636 047	9,08%
Juros e gastos similares suportados	-166 413	-110 005	-33,90%
Imposto sobre o rendimento do período	-745	-819	9,94%
<b>Gastos</b>	<b>-6 472 730</b>	<b>-5 739 892</b>	<b>-11,32%</b>
Vendas e serviços prestados	6 684 974	6 839 418	2,31%
Outros rendimentos e ganhos	497 355	515 977	3,74%
<b>Rendimentos</b>	<b>7 182 329</b>	<b>7 355 396</b>	<b>2,41%</b>
<b>Resultado Líquido do Período</b>	<b>709 599</b>	<b>1 615 503</b>	<b>127,66%</b>
<b>EBITDA</b>	<b>1 459 838</b>	<b>2 362 374</b>	<b>61,82%</b>

[valores expressos em euros]

Em 2018, o EBITDA e o Resultado Líquido registaram ambos um aumento relativamente ao ano anterior, o primeiro em cerca de 62% para o valor de 2,4 milhões de euros e o segundo em 128%, para o valor de 1,6 milhões de euros. A explicitação destas variações decorre fundamentalmente das variações apresentadas nos parágrafos seguintes.

Sublinha-se a subida de 2,3% das vendas e serviços prestados, para o que contribuiu o aumento de 21 % nas vendas de títulos de transporte [cerca de 400 mil euros] e o aumento da rubrica outros rendimentos e ganhos [89 mil euros face a 2017]. Nesta última rubrica foram contabilizados os rendimentos relativos à alienação de equipamento de bilhética à agrupada Metro do Porto e ao desreconhecimento dos talões "Vale Numerário" expirados e não descontados.

De referir também a diminuição, em termos agregados, de 8,1% na rubrica de fornecimento e serviços externos. Esta diminuição resulta da transferência de equipamentos de bilhética para a

Metro do Porto com reflexo na redução dos encargos suportados com a rede de vendas Andante, nomeadamente com as máquinas de venda automática instaladas na rede de metro.

	2017	2018	Variação 2018/17
Custos Operacionais	5 722 491	4 993 022	-12,75%
Receitas Operacionais	6 684 974	6 839 418	3,31%
<b>Grau de Cobertura Operacional</b>	<b>116,82%</b>	<b>136,98%</b>	<b>20,16 p.p.</b>

[valores expressos em euros]

O grau de cobertura operacional registou uma variação positiva face a 2017 de 20 p.p. Este indicador traduz a cobertura dos custos operacionais sem amortizações pelas receitas diretamente relacionados com a atividade operacional do TIP.

#### 9.4. Gestão de riscos

##### Risco Liquidez

O risco de liquidez resulta de um passivo corrente superior ao ativo corrente. O TIP faz uma gestão de recebimentos e pagamentos, por forma a assegurar níveis adequados de liquidez.

Em 31 de dezembro de 2018 o fundo de maneo - diferença entre o passivo corrente e o ativo corrente - era negativo no montante de 443.358 euros (1.326.047 euros em 31 de dezembro de 2017), no entanto o grau de liquidez imediata situou-se nos 1,35 (1,11 em 31 de dezembro de 2017), o que traduz o facto de as responsabilidades de curto prazo poderem ser satisfeitas recorrendo às disponibilidades imediatas do TIP.

	2018	2017
Caixa e depósitos bancários	12.833.475	10.868.667
Receita em poder de terceiros	1.554.091	1.837.939
Operadores conta corrente	971.318	600.389
<b>(1) Disponibilidades</b>	<b>15.358.884</b>	<b>13.306.995</b>

Fornecedores	1.568.104	849.106
Fornecedores de investimentos	213.294	196.848



Estado e outros entes públicos	110.564	153.984
Credores diversos	9.134.070	10.216.820
Remunerações	73.468	73.074
Outros	305.491	450.459
(2) Passivo de curto prazo (i)	<u>11.404.990</u>	<u>11.940.291</u>
(3) = (1)/(2) Grau de Liq Imediata	<u>1,35</u>	<u>1,11</u>

(i) O passivo de curto prazo, incluindo o passivo relativo aos agrupados, está decomposto da seguinte forma:

	2018	2017
Fornecedores	821.360	282.376
Créditos diversos	7.951.368	8.869.514
Passivo curto prazo – Agrupados	<u>8.772.729</u>	<u>9.151.890</u>
Fornecedores	746.743	566.730
Créditos diversos	1.885.518	2.221.671
Passivo curto prazo – Outras Entidades	<u>2.632.262</u>	<u>2.788.401</u>
Total do Passivo curto prazo	<u>11.404.990</u>	<u>11.940.291</u>

### 9.5. Eventos Subsequentes

Por proposta da Metro do Porto, foi cooptado, na reunião do Conselho de Administração de 25 de fevereiro de 2019, Pedro Manuel de Azeredo Ferreira Lopes como Presidente do TIP, em substituição de Jorge Moreno Delgado.

### 9.6. Proposta de Aplicação dos Resultados

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido apurado no exercício, no valor de 1 615 503,24 euros [um milhão seiscentos e quinze mil, quinhentos e três euros e vinte e quatro centimos], seja integralmente transferido para a conta de Resultados Transitados.

Porto, 18 de março de 2019

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente:

Vogais:


Nácia frás Jauts

Iran milhanang

*[Handwritten mark]*

## PERSPETIVAS PARA 2019



*[Handwritten signature]* *[Handwritten initials]* *[Handwritten initials]*

Tal como se encontra mais detalhadamente descrito no Plano de Atividades e Orçamento para 2019, deverão ocorrer no ano em curso um conjunto de intervenções muito relevantes para o TIP, entre as quais se destacam as referidas nos pontos A a G adiante apresentados.

#### A. Programa de Apoio à Redução Tarifária [PART]

O Orçamento do Estado para 2019 [Lei 71/2018, de 31 de dezembro] estabelece, no seu artigo 234º, o financiamento ao Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes Públicos [PART], atribuindo uma dotação de 104 milhões de euros [M€] do Fundo Ambiental para esse efeito. Mais recentemente, foi publicado o Despacho 1234-A/2019, de 31 de janeiro, no qual é definida a dotação financeira por cada unidade territorial [CIM ou AM], bem com as regras de utilização das verbas atribuídas e os regimes de transferência e reporte.

Trata-se de uma medida de política de transportes de grande envergadura que envolve um esforço significativo segundo diversas vertentes:

- i) financeiro, dado a dimensão do apoio previsto [15,5 M€ de apoio da Administração Central no caso da AMP e 0,4 M€ da Administração Local];
- ii) técnico, tendo presente as alterações tecnológicas que será necessário implementar [e. g. alargamento do zonamento, alteração do catálogo de tarifas, integração de novos operadores, inclusão de novas linhas];
- iii) comunicacional, dada a necessidade de informar uma percentagem muito elevada da população residente, de modo a garantir que todos os potenciais beneficiários são informados das alterações que serão introduzidas no regime tarifário em vigor;
- iv) logístico, atendendo à necessidade de garantir a todos os clientes regulares do transporte público a possibilidade de efetuarem as alterações dos seus cartões de suporte, por forma a viabilizar a possibilidade de neles serem carregadas as novas tarifas.

Do ponto de vista técnico, o PART irá recorrer à tecnologia do SIA, ou seja, os títulos de transporte a criar neste âmbito serão vendidos em equipamentos de uma das redes de venda contratadas pelo TIP [MVA, PAYSHOP, Lojas, SIBS, ANDA ou revendedores], carregados em cartões **andante**, sendo cada viagem validada num equipamento integrado no SIA.

A entrada em serviço do PART irá obrigar a um alargamento do zonamento **andante** a toda a AMP e disponibilizará 2 tarifas de base: 30 € [valor para os títulos de assinatura válidos para 2 ou 3 zonas e para os títulos de assinatura válidos todas as zonas de um determinado concelho] e 40 € [valor para os títulos de assinatura válidos para toda a AMP].

A concretização do PART irá processar-se em duas fases:

- v) a primeira, a iniciar em 1 de abril, corresponde à disponibilização das novas tarifas na rede de transporte coletivo atualmente integrada no SIA;
- vi) a segunda, que se prevê iniciar em 1 de maio, corresponderá ao alargamento do zonamento andante a toda a AMP e a um processo de adesão dos operadores que atualmente não estão integrados no SIA, importando ter presente que a entrada em serviço dos operadores nesta fase deverá ocorrer progressivamente, consoante os operadores estejam em condições de aceitar os novos títulos de transporte.

### B. Alteração do Modelo de *Governance*

Conforme anteriormente referido [cf. ponto 2.7], no âmbito do Grupo de Trabalho designado pela AMP, pelo TIP e pela ANTROP foi elaborado um documento de análise sobre os modelos de *governance* deste agrupamento, o qual apresenta diversos cenários possíveis.

A evolução do atual modo de funcionamento do TIP para um modelo diverso do presente depende essencialmente da indicação do modelo que a AMP tenha como o mais adequado e da validação dessa opção por parte das agrupadas do TIP.

Assim, considera-se provável que, em 2019, venha a ocorrer uma evolução no sentido da concretização de um novo modelo, embora este processo esteja pendente das orientações anteriormente referidas, sendo certo que o TIP irá certamente colaborar na solução que venha a ser estabelecida.

### C. Transferência dos Equipamentos de Bilhética para os Operadores

Embora com um atraso de cerca de um ano, relativamente às expectativas iniciais, deverá concretizar-se no ano de 2019 a transferência para os operadores dos equipamentos periféricos do sistema de bilhética que ainda são propriedade do TIP e que se encontram instalados na STCP, na CP, na ETG e na Nogueira da Costa.

À data de elaboração do presente documento encontra-se quase concluído o processo de transferência da gestão dos equipamentos intermodais instalados na rede da CP Urbanos do Porto para esta empresa, estimando-se poder concretizar os restantes até ao final do ano.

### D. Renovação do Processo de Habilitação dos Beneficiários dos Tarifários Sociais

Pretende-se com este projeto generalizar a todos os estudantes a possibilidade de se habilitarem aos tarifários sociais através da submissão *on-line* dos elementos necessários para demonstrar

que preenchem as condições de acesso exigidas. Trata-se, portanto, da desejada universalização a todas as escolas, pelo menos do ensino superior, do projeto piloto realizado com a UP.

A concretização desta iniciativa será particularmente relevante para melhorar a qualidade do serviço prestado aos clientes, em particular nos períodos de maior afluência, e reduzir os custos com atendimento, o arquivo e a conferência documental.

A colocação em serviço deste novo método complementar de habilitação dos clientes aos tarifários sociais será integrada no Portal do Cliente do site do TIP que se refere no ponto seguinte.

### E. Portal do Cliente

Este projeto, para além de proporcionar aos clientes maior atratividade, facilidade de navegação e novas funcionalidades [e. g. inclusão de planeamento de viagens, mapas de rede, cálculo de tarifas], terá uma componente central constituída pelo Portal do Cliente, destinada a tirar partido do caráter *account based* do SIA. Assim, nesta área do site, os clientes irão poder gerir a sua conta, disponibilizando serviços como alteração de dados pessoais [morada, número do cartão utilizado] processos de habilitação a tarifários sociais, consulta de dados [deslocações, pagamentos, faturação], emissão de segundas vias de faturas e, futuramente, também a aquisição de títulos de transporte.

### F. Consolidação do Sistema Central

Estão previstas diversas intervenções relevantes no Sistema Central do TIP visando garantir a redundância dos servidores, por forma a evitar a ocorrência de situações em que alguns serviços possam ficar inoperacionais. Em particular, no que concerne às componentes mais críticas, está também previsto efetuar os investimentos necessários para disponibilizar um regime de *disaster recovery*, ou seja, garantir que estas nunca ficam fora de serviço.

Adicionalmente, estão também previstos alguns investimentos relevantes no upgrade do sistema operativo e de Software de Gestão da Base de Dados [SGBD], no aumento da capacidade de armazenamento de dados, na atualização de alguns relatórios do processo de repartição de receita e na atualização de algumas ferramentas do PCGB.





# Balanço a 31 de dezembro de 2018

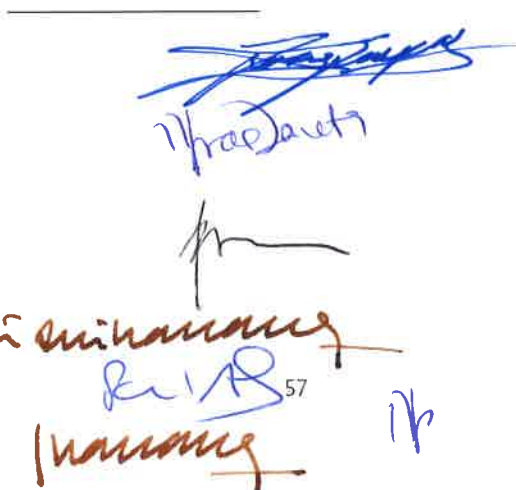
## Balanço em 31 de dezembro de 2018

Valores em Euros			
RUBRICAS	Notas	31/12/2018	31/12/2017
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	5	1 391 876	1 315 273
Ativos intangíveis	6	1 826 299	1 081 215
		<b>3 218 175</b>	<b>2 396 488</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	7	597 549	341 500
Clientes	8	1 288 832	1 775 367
Estado e outros entes públicos	9	93 367	107 337
Outros créditos a receber	10	3 003 673	3 206 903
Diferimentos	11	19 132	19 127
Caixa e depósitos bancários	4	12 833 475	10 868 667
		<b>17 836 027</b>	<b>16 318 902</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>21 054 202</b>	<b>18 715 389</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital próprio</b>			
Capital subscrito	12	30 000	30 000
Resultados transitados	12	55 891	(653 707)
Subsídios ao investimento	12	1 073 422	984 549
Resultado líquido do período	12	1 615 503	709 599
<b>Total do capital próprio</b>	12	<b>2 774 817</b>	<b>1 070 440</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	13	1 568 104	849 106
Fornecedores de investimentos	14	213 294	196 848
Estado e outros entes públicos	9	110 564	153 984
Outras dívidas a pagar	15	16 387 423	16 445 011
		<b>18 279 385</b>	<b>17 644 949</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>18 279 385</b>	<b>17 644 949</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>21 054 202</b>	<b>18 715 389</b>

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



## Demonstração dos Resultados por Naturezas dos períodos de 2018 e 2017

### Demonstração dos resultados por naturezas do período findo

em 31 de dezembro de 2018

		Valores em Euros	
RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2018	2017
<b>Réditos</b>			
Vendas e serviços prestados	16	6 839 418	6 684 974
<b>Outros rendimentos</b>			
Trabalhos para a própria entidade	24	2 536	48 706
Imparidade de inventários (reversões)	23		24 098
Outros rendimentos e ganhos	17	513 441	424 551
<b>Gastos e perdas</b>			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	18	(411 146)	(722 453)
Fornecimentos e serviços externos	19	(3 907 314)	(4 252 428)
Gastos com o pessoal	20	(631 304)	(627 244)
Outros gastos e perdas	21	(43 257)	(120 365)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>2 362 374</b>	<b>1 459 838</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5 e 6	(636 047)	(583 081)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>1 726 327</b>	<b>876 757</b>
Juros e gastos similares suportados	22	(110 005)	(166 413)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>1 616 323</b>	<b>710 344</b>
Imposto sobre o rendimento do período	9	(819)	(745)
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>1 615 503</b>	<b>709 599</b>

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Ranica Pão Santos

Iran Mir Hamany

Iranany

## Demonstração das alterações no Capital Próprio de 1 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2018

### Demonstração das alterações no capital próprio de 1 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2018

Unidade: Euros

	Notas	Capital subscrito	Subsídios ao Investimento	Resultados transferidos	Resultado líquido do período	Total
<b>Posição em 01-01-2017</b>	<b>1</b>	<b>30 000</b>	<b>18 539</b>	<b>-1 841 046</b>	<b>1 187 339</b>	<b>-605 169</b>
<b>Alezações no Período:</b>						
Aplicação dos resultados				1 187 339	-1 187 339	0
Variação subsídios ao Investimento			966 010			966 010
	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>966 010</b>	<b>1 187 339</b>	<b>-1 187 339</b>	<b>966 010</b>
<b>Resultado Líquido do Período</b>	<b>3</b>				<b>709 599</b>	<b>709 599</b>
<b>Resultado Integral</b>	<b>4 = 2 + 3</b>					<b>709 599</b>
<b>Capital próprio em 31-12-2017</b>	<b>6 12</b>	<b>30 000</b>	<b>984 549</b>	<b>-653 707</b>	<b>709 599</b>	<b>1 070 440</b>
<b>Alezações no Período:</b>						
Aplicação dos resultados				709 599	-709 599	0
Variação subsídios ao Investimento			88 873			88 873
	<b>7</b>	<b>0</b>	<b>88 873</b>	<b>709 599</b>	<b>-709 599</b>	<b>88 873</b>
<b>Resultado Líquido do Período - 2018</b>	<b>8</b>				<b>1 615 503</b>	<b>1 615 503</b>
<b>Resultado Integral - 2018</b>	<b>9 = 7 + 8</b>					<b>1 615 503</b>
<b>Capital próprio em 31-12-2018</b>	<b>10 12</b>	<b>30 000</b>	<b>1 073 422</b>	<b>55 891</b>	<b>1 615 503</b>	<b>2 774 817</b>

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Naria Pao Santos

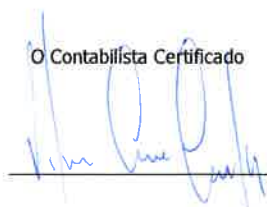
Iranmi Hanung

## Demonstração dos Fluxos de Caixa dos períodos de 2018 e 2017

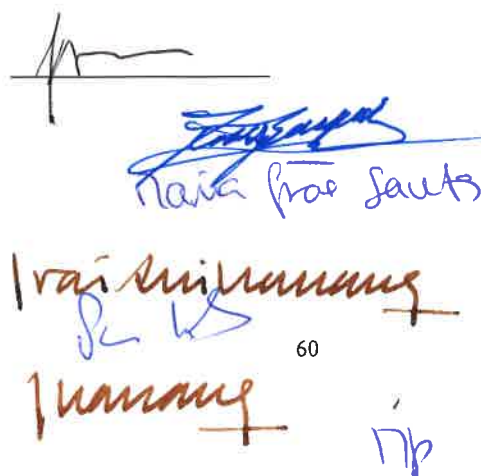
### Demonstração dos Fluxos de Caixa dos períodos de 2018 e 2017

RUBRICAS	Notas	Valores em Euros	
		2018	2017
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais:</b>			
Recebimentos de clientes		7 317 429	6 055 425
Pagamentos a fornecedores		(3 818 016)	(6 039 250)
Pagamentos ao pessoal		(625 531)	(621 355)
	Caixa gerada pelas operações	2 873 882	(605 181)
Recebimento/ (pagamentos) do imposto sobre o rendimento		(745)	(98)
Outros recebimentos/pagamentos		(81 026)	(350 274)
	Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	<b>2 792 111</b>	<b>(955 553)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento:</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a :</b>			
Ativos fixos tangíveis		(262 454)	(293 451)
Ativos intangíveis		(849 854)	(1 000 461)
	Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	<b>(1 112 308)</b>	<b>(1 293 912)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento:</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Subsídios e Doações		150 000	982 028
Valores a transferir para os operadores		100 187 205	95 044 363
<b>Pagamentos respeitantes a :</b>			
Financiamentos obtidos		0	0
Pagamentos efetuados aos operadores		(100 051 855)	(92 492 763)
Juros e gastos similares		(346)	(1 803)
	Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	<b>285 004</b>	<b>3 531 826</b>
	<b>Varição de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)</b>	<b>1 964 807</b>	<b>1 282 360</b>
	<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	<b>4 10 868 667</b>	<b>4 9 586 307</b>
	<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	<b>4 12 833 475</b>	<b>4 10 868 667</b>

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



Naia Prae Saute

Iraí Milhannus

Juanang

7p

## Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados

do período findo em 31 de dezembro de 2018

[valores expressos em euros]

### 1. INTRODUÇÃO

O TIP – Transportes Intermodais do Porto, A.C.E., com sede na Avenida Fernão de Magalhães, nº 1862 – 9º, 4350-158 Porto, foi constituído por escritura pública em 20 de dezembro de 2002, consistindo a sua atividade principal na implementação e gestão de um sistema de bilhética de transporte intermodal na área metropolitana do Porto.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 18 de março de 2019. É da opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações do Agrupamento, bem como a sua posição e performance financeira e os fluxos de caixa.

### 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### 2.1. Bases de preparação

Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as disposições do SNC, emitidas e em vigor à data de 31 de dezembro de 2018, de acordo com o princípio do custo histórico, sendo supletivamente adotadas disposições das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) e respetivas interpretações (SIC/IFRIC).

O princípio subjacente à elaboração das demonstrações financeiras foi o da continuidade das operações. Em 31 de dezembro de 2018 o fundo de maneo - diferença entre o passivo corrente e o ativo corrente - era negativo no montante de 443.358 euros (1.326.047 euros em 31 de dezembro de 2017), no entanto o grau de liquidez imediata situou-se nos 1,35 (1,11 em 31 de dezembro de 2017), o que traduz o facto de as responsabilidades de curto prazo poderem ser satisfeitas recorrendo às disponibilidades imediatas do TIP.

	2018	2017
Caixa e depósitos bancários	12.833.475	10.868.667
Receita em poder de terceiros	1.554.091	1.837.939
Operadores conta corrente	971.318	600.389
<b>(1) Disponibilidades</b>	<b>15.358.884</b>	<b>13.306.995</b>
Fornecedores	1.568.104	849.106
Fornecedores de investimentos	213.294	196.848
Estado e outros entes públicos	110.564	153.984
Credores diversos	9.134.070	10.216.820
Remunerações	73.468	73.074
Outros	305.491	450.459
<b>(2) Passivo de curto prazo (i)</b>	<b>11.404.990</b>	<b>11.940.291</b>
<b>(3) = (1)/(2) Grau de Liq Imediata</b>	<b>1,35</b>	<b>1,11</b>

(ii) O passivo de curto prazo, incluindo o passivo relativo aos agrupados, está decomposto da seguinte forma:

	2018	2017
Fornecedores	821.360	282.376
Créditos diversos	7.951.368	8.869.514
<b>Passivo curto prazo – Agrupados</b>	<b>8.772.729</b>	<b>9.151.890</b>

Handwritten notes in brown and blue ink, including the word "managing" and initials "MP" and "m".

Fornecedores	746.743	566.730
Créditos diversos	1.885.518	2.221.671
<b>Passivo curto prazo – Outras Entidades</b>	<b>2.632.262</b>	<b>2.788.401</b>
<b>Total do Passivo curto prazo</b>	<b>11.404.990</b>	<b>11.940.291</b>

Conforme referido na nota 15 às contas, em 31 de dezembro de 2018 foram reconhecidos na rubrica de Receita a repartir 6.874.395 euros relativos à venda de títulos intermodais Andante (5.704.658 em 31 de dezembro de 2017), no entanto, de acordo com o Modelo de Repartição (procedimento que divide a receita intermodal pelos operadores aderentes), estes valores só serão processados em momento posterior ao da utilização da respetiva viagem. Assim, nos moldes definidos e uma vez que a aquisição de viagem ocorre necessariamente em momento anterior ao da sua utilização, poderá suceder um hiato temporal entre os valores reconhecidos na rubrica de Receita a repartir e a correspondente repartição pelos operadores aderentes. Tipicamente esse hiato temporal pode situar-se entre os 45 dias e os 2 anos, sendo também reconhecido na conta de receita a repartir um montante de 101.411 euros em 31 de dezembro de 2018 relativo a viagens não reclamadas, sem expectativa de repartição por impossibilidade técnica do modelo de repartição em vigor (822.511 euros em 31 de dezembro de 2017).

Não obstante, é expetativa da administração que seja mantido o suporte financeiro das agrupadas, que à data de 31 de dezembro de 2018 são credores de um passivo de curto prazo de 9.599.910 euros (9.151.891 euros em 31 de dezembro de 2017).

## 2.2. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

### 2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do período anterior.

## 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados, salvo indicação contrária.

### 3.1. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados pelo seu custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. Este custo pode ser o custo estimado à data de transição para NCRF ou o custo de aquisição para ativos obtidos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre em condições de utilização. Os gastos financeiros incorridos na construção de ativos tangíveis são reconhecidos como parte do custo de construção do ativo.

Os gastos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil ou a capacidade produtiva dos ativos são reconhecidos no custo do ativo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:



	<u>N.º de anos</u>
Equipamento básico	8
Equipamento administrativo	8

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo e, quando necessário, registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado pelo mais elevado valor entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados.

### 3.2. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados, na data do reconhecimento inicial, pelo seu custo.

Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis apresentam-se ao custo menos amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As vidas úteis dos ativos intangíveis são avaliadas entre finitas ou indefinidas.

Os ativos intangíveis com vidas úteis finitas são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo possa estar em imparidade.

A imparidade destes ativos é determinada tendo por base os critérios descritos na alínea anterior, relativa aos ativos fixos tangíveis.

As reversões das imparidades são reconhecidas em resultados e não devem exceder a quantia escriturada do bem que teria sido determinada caso nenhuma perda por imparidade tivesse sido reconhecida anteriormente.

Para um ativo intangível com uma vida útil finita, os métodos de amortização, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas i.e. o efeito das alterações é tratado de forma prospetiva.

Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as amortizações é coincidente com o custo.

As taxas de amortização estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até fim da sua vida útil esperada e são de 33,33% para a sua totalidade.

O gasto com amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis finitas é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica de "Gastos/reversões de depreciação e amortização".

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo intangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos o custo da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido.

### 3.3. Inventários

As mercadorias correspondem na sua quase totalidade a títulos de transporte e encontram-se valorizadas ao custo de aquisição.

As perdas previstas na realização dos inventários são objeto de ajustamento.

### 3.4. Imposto sobre o rendimento

Nos termos do n.º 2 do artigo 6º do Código do IRC, os Agrupamentos Complementares de Empresas estão abrangidos por um regime fiscal especial, nomeadamente o Regime de Transparência Fiscal, sendo os prejuízos do período, apurados nos termos do referido Código,

imputados diretamente aos respetivos membros na proporção da sua parcela no capital social do A.C.E.

Apesar do Agrupamento estar abrangido pelo regime de transparência fiscal, nos termos do artigo 6º do Código do IRC, foi efetuado o cálculo das tributações autónomas relativamente ao período de 2018, conforme o disposto no artigo 88º do Código do IRC.

### 3.5. Clientes e Outros créditos a receber

As rubricas de “Clientes e Outros créditos a receber” são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade (quando aplicável). As perdas por imparidade dos clientes e créditos a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em “Imparidades em dívidas a receber”, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

### 3.6. Subsídios e apoios do Governo

O ACE reconhece os subsídios recebidos da União Europeia inicialmente na rubrica de capital próprio “Subsídios ao investimento”, sendo subsequentemente creditados na demonstração dos resultados numa base sistemática em função da amortização do respetivo ativo tangível.

### 3.7. Locações

Os contratos de locação relativamente aos quais o ACE assume substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo locado são classificados como locações financeiras.

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como ativo e passivo, pelo menor entre o justo valor do bem e o valor atual das rendas de locação vincendas. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de “Financiamentos obtidos”. Os encargos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos ativos locados são reconhecidos na Demonstração dos Resultados no período a que dizem respeito.

Os ativos adquiridos em locação financeira são amortizados de acordo com a política estabelecida pelo ACE para os ativos fixos tangíveis.

### 3.8. Gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos períodos. Segundo o referido princípio contabilístico, as diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são sempre reconhecidas como ativos ou passivos, se se qualificarem como tal.

### 3.9. Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal são reconhecidos quando o serviço é prestado pelos colaboradores independentemente da data do seu pagamento.

De acordo com a legislação laboral em vigor os colaboradores adquirem o direito a férias e ao subsídio de férias no final do período em que o serviço é prestado. Assim, foi reconhecido nos resultados do período um acréscimo dos montantes que serão pagos no ano seguinte os quais se encontram refletidos na rubrica “Outras Dívidas a Pagar”.

### 3.10. Rédito

#### a) Venda de bens

Os rendimentos gerados pela venda de títulos de viagem (suporte) são registados mensalmente, de acordo com as informações extraídas do sistema de bilhética.

#### b) Serviços prestados

Os rendimentos gerados pelas comissões de Validação e de Rede de Vendas são registados mensalmente, de acordo com as informações extraídas do sistema de bilhética.

### 3.11. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras do ACE são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acredita serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa, para efeitos de relato financeiro, difira dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um maior risco de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do período seguinte são as que seguem:

## Estimativas contabilísticas relevantes

### 3.11.1 Provisões

O ACE analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

### 3.11.2 Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência do ACE.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor dos ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração no que respeita à avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

### 3.11.3 Vida útil dos ativos fixos tangíveis e intangíveis

A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que esse ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

O método de amortização/depreciação a aplicar e as perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar a vida útil efetiva de um ativo.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas dos sectores em que o Agrupamento opera.

### 3.12. Alterações das políticas contabilísticas

#### 3.12.1 Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Durante o período não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao período anterior apresentada nos comparativos.

## 4. FLUXOS DE CAIXA

### Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresenta os seguintes valores:

	2018	2017
Depósitos bancários	11.648.116	9 881 976
Caixa	1 185.358	986 691
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>12.833.475</b>	<b>10 868 667</b>

A rubrica "caixa" inclui receita em transito no valor de 872.585 euros (630.161 euros em 31 de dezembro de 2017) correspondente a valores de receita intermodal por transferir para as contas bancárias do TIP à data de 31 de dezembro de 2018.

## 5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2018 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

### Movimentos nos ativos fixos tangíveis – 2018

	Edifícios e o. construções	Equip. básico	Equip. Transporte	Equip. Admin.	Outros A.F.T.	Total
<b>1 de Janeiro de 2018</b>						
Custo de Aquisição	6.645	11.227.284	4.000	683.881	20	11.921.830
Depreciações acumuladas	-6.645	-10.047.123	-667	-552.116	-7	-10.606.557
<b>Valor Líquido</b>	<b>0</b>	<b>1.180.161</b>	<b>3.333</b>	<b>131.765</b>	<b>14</b>	<b>1.315.273</b>
<b>Variação do período</b>						
Adições	815	568.800		53.024	1.516	624.155
Alienações/abates		-1.764.887		-11.235		-1.776.122
Depreciação-exercício	-54	-449.865	-1.000	-84.692	-49	-535.660
Depreciação-alienações		1.759.892		4.337		1.764.230
<b>Valor Líquido</b>	<b>761</b>	<b>113.941</b>	<b>-1.000</b>	<b>-38.567</b>	<b>1.468</b>	<b>76.603</b>
<b>31 de Dezembro de 2018</b>						
Custo de Aquisição	7.460	10.031.197	4.000	725.670	1.537	10.769.863
Depreciações acumuladas	-6.699	-8.737.096	-1.667	-632.471	-55	-9.377.988
<b>Valor Líquido</b>	<b>761</b>	<b>1.294.102</b>	<b>2.333</b>	<b>93.199</b>	<b>1.481</b>	<b>1.391.876</b>



## Movimentos nos ativos fixos tangíveis – 2017

	Edifícios e o. construções	Equip. básico	Equip. Transporte	Equip. Admin.	Outros A.F.T.	Total
<b>1 de Janeiro de 2017</b>						
Custo de Aquisição	6.645	12.274.904	0	606.030	0	12.887.578
Depreciações acumuladas	-6.645	-11.135.212	0	-485.283	0	-11.627.141
<b>Valor Líquido</b>	<b>0</b>	<b>1.139.691</b>	<b>0</b>	<b>120.746</b>	<b>0</b>	<b>1.260.438</b>
<b>Variação do período</b>						
Adições	0	675.788	4.000	86.176	20	765.985
Alienações/abates	0	-1.723.408	0	-8.325	0	-1.731.733
Depreciação-exercício	0	-506.145	-667	-75.157	-7	-581.976
Depreciação-alienações	0	1.594.234	0	8.325	0	1.602.559
<b>Valor Líquido</b>	<b>0</b>	<b>40.469</b>	<b>3.333</b>	<b>11.019</b>	<b>14</b>	<b>54.835</b>
<b>31 de Dezembro de 2017</b>						
Custo de Aquisição	6.645	11.227.284	4.000	683.881	20	11.921.830
Depreciações acumuladas	-6.645	-10.047.123	-667	-552.116	-7	-10.606.557
<b>Valor Líquido</b>	<b>0</b>	<b>1.180.161</b>	<b>3.333</b>	<b>131.765</b>	<b>14</b>	<b>1.315.273</b>

No período findo em 31 de dezembro de 2018 o valor líquido dos ativos fixos tangíveis, adquiridos sob o regime de locação financeira é o seguinte:





	2018	2017
Valor bruto	3.386.640	4.409.505
Alienações/abates	(1.526.498)	(1.022.865)
Depreciações acumuladas	(1.859.810)	(3.377.485)
	<b>332</b>	<b>9.156</b>

As depreciações dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas, na sua totalidade, na rubrica “Gastos de depreciação e de amortização” da Demonstração dos Resultados.

## 6. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2018 os movimentos registados em rubricas do ativo intangível foram como segue:

### Movimentos nos ativos intangíveis – 2018

	Projetos em desenvolvimento	Programas diversos	Aplicação ANDA	Total
<b>1 de Janeiro de 2018</b>				
Custo de Aquisição	1.080.686	60.431	0	1.141.118
Amortizações acumuladas	0	-59.903	0	-59.903
<b>Valor líquido</b>	<b>1.080.686</b>	<b>528</b>	<b>0</b>	<b>1.081.215</b>
<b>Variação do período</b>				
Adições	913.337	14.175		927.512

*Handwritten signature: 176 / Humany*

*Handwritten initials: pm*



Transferências e abates	-1.849.850		1.774.728	-75.122
Amortizações-exercício		-1.181	-109.249	-110.430
Depreciação-abates			3.125	3.125
<b>Valor Líquido</b>	<b>-936.513</b>	<b>12.994</b>	<b>1.668.604</b>	<b>745.084</b>

**31 de Dezembro de 2018**

Custo de Aquisição	144.173	74.606	1.774.728	1.993.508
Amortizações acumuladas	0	-61.084	-106.124	-167.208
<b>Valor Líquido</b>	<b>144.173</b>	<b>13.522</b>	<b>1.668.604</b>	<b>1.826.299</b>

Ainda, durante o período findo em 31 de dezembro de 2018 o projeto denominado “andá”, caracterizado pela disponibilização ao cliente de um sistema de pagamento da utilização de transporte público com recurso à tecnologia dos *smartphones*, entrou em funcionamento e nessa sequência, iniciou a sua amortização.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2017 os movimentos registados em rubricas do ativo intangível foram como segue:

**Movimentos nos ativos intangíveis – 2017**

	Projetos em desenvolvimento	Programas de computador	Total
<b>1 de Janeiro de 2017</b>			
Custo de Aquisição	32 152	59 797	91 949
Amortizações acumuladas	0	(58 798)	(58 798)
<b>Valor Líquido</b>	<b>32 152</b>	<b>999</b>	<b>33 151</b>

<b>Variação do período</b>			
Adições	1 048 535	634	1 049 169
Amortizações-exercício	0	(1 105)	(1 105)
<b>Valor líquido</b>	<b>1 048 535</b>	<b>-471</b>	<b>1 048 064</b>

<b>31 de Dezembro de 2017</b>			
Custo de Aquisição	1 080 686	60 431	1 141 118
Amortizações acumuladas	0	(59 903)	(59 903)
<b>Valor líquido</b>	<b>1 080 686</b>	<b>528</b>	<b>1 081 215</b>

A rubrica "Projetos em desenvolvimento" no montante de 1.080.686 euros em 31 de dezembro de 2018 corresponde exclusivamente ao projeto piloto designado por "Beyond anda". Este projeto visa criar condições para a generalização da aplicação "anda" a outras geografias.

## 7. INVENTÁRIOS

A totalidade das existências registadas no final do período ascende ao montante de 597.549 euros (341.500 euros em 2017), 458.590 euros encontram-se em poder do TIP e 138.959 euros encontram-se em trânsito.

Os movimentos de imparidade, ocorridos em 2017, encontram-se referidos na nota 23.

## 8. CLIENTES

No período findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a decomposição da rubrica de Clientes (saldos correntes), representa-se como segue:

*Handwritten mark*

	2018	2017
Cientes – Entidades públicas	292.431	989.857
Cientes – Entidades não públicas	996.401	785.510
Cientes em mora à mais de 24 meses	14.108	14.108
Cientes - Perdas por imparidade	-14.108	-14.108
<b>Total Clientes</b>	<b>1.288.832</b>	<b>1.775.367</b>

Nessas datas os saldos mais significativos de clientes referem-se às seguintes entidades:

	2018	2017
Metro do Porto, S.A.	591.722	305.608
STCP-Soc.Transp.Colec. Porto, SA	214.548	221.601
Direção Geral da Adm.da Justiça	104.530	157.359
Viaporto - Op.Manut.Transportes	85.730	0
CP-Comboios de Portugal, E.P.E	68.259	606.579
PSP - Direcção Nacional	35.482	149.851
Brigada Fiscal GNR Cons.Administr.	27.612	14.482
Alternância-Ens.Form.Profissional	18.002	20.473
Rodoviária D'Entre Douro e Minho,SA	16.771	15.503
Outras dívidas de clientes	126.176	283.911
<b>Total Clientes</b>	<b>1.288.832</b>	<b>1.775.367</b>

Durante o exercício de 2018, os movimentos de perdas por imparidade de clientes são analisados como segue:

*Handwritten mark*

	Saldo 1 Janeiro	Dotação do exercício	Reversões	Utilizações	Saldo 31 Dezembro
<b>Clientes com créditos em mora à mais de 24 meses:</b>					
Setor empresarial e particulares	654	0	0	0	654
Setor público	13 455	0	0	0	13 455
<b>Total de imparidades de clientes</b>	<b>14 108</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>14 108</b>

## 9. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os saldos da rubrica “Estado e outros entes públicos” apresentavam-se como segue:

	2018		2017	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
IVA- A recuperar	88.483		102.453	
IVA- A pagar		103.967		152.841
IRS - Retenções na fonte (a terceiros)		5.778		398
IRC - Retenções na fonte a receber	4.883		4.883	
IRC - Retenções na fonte (por terceiros)				
IRC - Tributações autónomas		819		745
	<b>93.367</b>	<b>110.564</b>	<b>107.337</b>	<b>153.984</b>

## 10. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os saldos mais significativos da rubrica “Outros créditos a receber” apresentavam-se como segue:

	2018	2017
Receita em poder de terceiros	1.554.091	1.837.939
Receita intermodal a transferir	971.318	600.389
Acrésc. rendimento-Seguro MR a cargo do operador	103.176	220.113
Acrésc. rendimento-Vandalismo a cargo do operador	103.061	88.174
Operadores receita distribuída	61.501	61.501
Acrésc. rendimento-Comissões Ativ. Intermodal	117.760	5.424
Acrésc. rendimento-Comissões Monomodais	18.131	4.008
Outros acrésc. rendimentos	74.635	389.357
<b>Total de Outros créditos a receber</b>	<b>3.003.673</b>	<b>3.206.903</b>

A rubrica “Receita em poder de terceiros” no valor de 1.554.091 euros corresponde aos valores de receita intermodal em transito à data de 31 de dezembro de 2018 (1.837.939 euros à data de 31 de dezembro de 2017) e que ainda não tinham sido transferidos para as contas bancárias do TIP.

A rubrica “Receita intermodal a transferir” no valor de 971.318 euros corresponde a receita de títulos vendidos nos postos de venda CP e que, à data de 31 de dezembro de 2018, ainda não tinham sido transferidos para as contas bancárias do TIP (600.389 euros à data de 31 de dezembro de 2017).

## 11.DIFERIMENTOS

O saldo da rubrica «Diferimentos (Ativo)» em 31 de dezembro de 2018 refere-se exclusivamente a “Outros gastos a reconhecer” no montante de 19.132 euros (19.127 euros em 2017).

## 12.CAPITAL

### Capital subscrito

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o capital social do Agrupamento, encontrava-se totalmente subscrito e realizado. Ascende ao montante de 30.000 euros divididos em três parcelas iguais unitárias no valor de 10.000 euros.

### Resultados Transitados

A rubrica “Resultados Transitados” contempla a aplicação dos sucessivos resultados líquidos do Agrupamento, conforme deliberado nas Assembleias Gerais de Agrupados. A importância acumulada nesta rubrica é, em 31 de dezembro de 2018, de 55.891 Euros (-653.707 Euros Euros em 2017).

### Subsídios ao investimento

Durante o exercício de 2017, na sequência da candidatura do projeto "anda", o TIP recebeu do Fundo Ambiental o montante total de 982.028 euros.

Durante o exercício de 2018, na sequência da candidatura do projeto "(beyond) anda", o TIP recebeu do Fundo Ambiental o montante total de 150.000 euros. Em virtude dos ativos subjacentes ainda se encontrarem em fase de construção ou de instalação e, por isso, ainda não estarem em condições de uso para a finalidade que motivou a sua aquisição, não se procedeu á sua depreciação ou amortização em 2018 e, em consequência, também não existiu a regularização por resultados dos subsídios recebidos, que teria por base as amortizações praticadas.

Os movimentos ocorridos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram os seguintes:

	Notas	FEDER	Fundo Ambiental	Total
<b>1 de Janeiro de 2017</b>		<b>18.539</b>	<b>0</b>	<b>18.539</b>
Adições			982.028	982.028
Regularizações por resultados	17	-16.018	0	-16.018
<b>31 de Dezembro de 2017</b>		<b>2.521</b>	<b>982.028</b>	<b>984.549</b>
Adições			150.000	150.000
Regularizações por resultados	17	-2.521	-58.606	-61.127
<b>31 de Dezembro de 2018</b>		<b>0</b>	<b>1.073.422</b>	<b>1.073.422</b>

### Resultado Líquido do Período

Os movimentos ocorridos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 na rubrica "Resultado líquido do período" foram os seguintes:

	Montante
<b>1 de Janeiro de 2017</b>	<b>1.187.339</b>
Aplicação dos resultados	-1.187.339
Resultado do período	709.599
<b>31 de Dezembro de 2017</b>	<b>709.599</b>



Aplicação dos resultados	-709.599
Resultado do período	1.615.503
31 de Dezembro de 2018	<u>1.615.503</u>

### 13.FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os saldos mais significativos de fornecedores referem-se às seguintes entidades:

	2018	2017
Metro do Porto, S.A.	744.881	169.986
Egor Outsourcing Pr.S.O.Ad.Pessoal	212.938	200.335
Confidex Oy	187.153	94.576
CARD4B - SYSTEMS, S.A.	66.401	27.114
Paragon ID UK	55.650	0
SIBS - FORWARD PAYMENT SOLUTIONS, S	54.553	0
NOVABASE BUSINESS SOLUTIONS, SA	46.242	159.052
Outras dívidas a fornecedores	200.284	198.042
	<u>1.568.104</u>	<u>849.106</u>

### 14.FORNECEDORES DE INVESTIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, os saldos mais significativos de fornecedores de investimentos referem-se às seguintes entidades:

	2018	2017
Ubiquity Technology, Lda.	50.924	0
Dynasys - Engenharia e	41.613	0
Ideal, Lda.	33.641	0
Universidade do Porto-Reitoria	17.435	9.225
IP Telecom, S.A.	14.598	0
SPIRTECH	12.900	0
CARD4B - SYSTEMS, S.A.	11.937	7.589
Divultec - Serv de Informática, Lda	11.139	0
Novabase Business Solutions, SA	1.525	167.142
Outros	17.583	12.892
<b>Total de fornecedores de investimentos</b>	<b>213.294</b>	<b>196.848</b>

## 15. OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o detalhe da rubrica de Outras dívidas a pagar (Saldo corrente) é o seguinte:

	2018	2017
Receita a repartir pelos operadores	6.874.395	5.704.658
Metro do Porto, S.A.	4.123.041	5.263.584
STCP-Soc.Transp.Colec. Porto, SA	3.285.425	3.097.004
CP-Comboios de Portugal, E.P.E.	542.903	508.926
Empresa de Transp. Gondomarense	338.124	328.005
Resende Actividade Turística, SA	201.282	376.497
Valpi-Alberto Pinto & Filhos,	159.087	126.848

Viaporto - Op.Manut.Transportes	156.899	0
Outras contas a pagar	706.270	1.039.490
<b>Total de outras contas a pagar (saldo corrente)</b>	<b>16.387.423</b>	<b>16.445.011</b>

	2018	2017
<b>Outros credores</b>		
Credores diversos i)	9.134.070	10.216.820
Receita a repartir ii)	6.874.395	5.704.658
<b>Acréscimos de gastos</b>		
Remunerações	73.468	73.074
Outros	305.491	450.459
	<b>16.387.423</b>	<b>16.445.011</b>

- i) A rubrica "Credores diversos" refere-se maioritariamente aos montantes faturados pelos operadores de transporte aderentes à intermodalidade.
- ii) O procedimento de repartição da receita da venda de títulos intermodais Andante pelos operadores aderentes, que prestam o serviço de transporte aos clientes, ocorre no momento de utilização da viagem adquirida. Essa repartição é processada por uma aplicação informática, denominada de MRRA – Modelo de Repartição Receita Andante, que foi certificada pela empresa Critical em 2015. O facto da aquisição da viagem, por parte do cliente, ocorrer em momento anterior, ao da sua utilização, determina uma diferença temporal entre os valores da receita da venda de títulos intermodais Andante e os valores repartidos pelos operadores aderentes ao Sistema Intermodal Andante.



Em 31 de dezembro de 2018 o saldo da receita a repartir registado na contabilidade era de 6.874.395 euros (5.704.658 euros em 31 de dezembro de 2017).

Estes valores encontram-se já expurgados dos seguintes fluxos:

- Receita a não repartir no montante de 183.352 euros em 31 de dezembro de 2018 (191.820 euros em 31 de dezembro de 2017): diz respeito à contabilização da receita arrecadada pelo TIP e sem expectativa de repartição pelos operadores por impossibilidade técnica do algoritmo em vigor. Este valor é explicado pela diferença entre a faturação de títulos Andante Pro (títulos entretanto expirados e não utilizados) e a correspondente receita repartida;
- Receita a desconhecer, 31 de dezembro de 2018, no montante de 107.510 euros (94.878 euros em 31 de dezembro de 2017): diz respeito ao desconhecimento no balanço do passivo referente aos talões "Vale Numerário" expirados (data de validade superior a 2 anos).

Assim a rubrica "Receita a repartir" corresponde, essencialmente, à diferença entre os valores da receita da venda de títulos intermodais Andante com depósito bancário efetuado em contas do TIP passível de repartição, de acordo com o algoritmo em vigor, e os valores repartidos pelos operadores aderentes ao Sistema Intermodal Andante.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a receita intermodal apresenta a seguinte decomposição:

	31-12-2018	31-12-2017
Assinaturas de Janeiro do ano seguinte	2 334 301	2 167 398
Títulos Ocasionalis não validados	4 166 072	2 500 534
Talões "Vale Numerário" não reclamados	185 262	214 215
Validações repartidas no ano seguinte	87 348	
Viagens não reclamadas	101 411	822 511
<b>Receita Intermodal</b>	<b>6 874 395</b>	<b>5 704 658</b>

A rubrica "Viagens não reclamadas" resulta da análise efetuada, com referência a 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, à receita intermodal arrecadada e por repartir. Foi obtida da diferença entre o total da receita arrecadada pelo TIP em 31 de dezembro de 2018 de 6.874.395 euros (5.704.658 em 31 de dezembro de 2017) e as correspondentes responsabilidades (6.772.983 euros em 31 de dezembro de 2018 e 4.882.146 euros em 31 de dezembro de 2017).

## 16.VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

O valor das vendas e dos serviços prestados reconhecido na demonstração dos resultados, é detalhado como segue:

	2018	2017
Prestação de serviços – Âmbito intermodal	4.287.545	4.647.264
Vendas mercadorias – Títulos	2.317.573	1.917.467
Prestação de serviços – Âmbito monomodal	234.300	120.242
<b>Total de vendas e serviços prestados</b>	<b>6.839.418</b>	<b>6.684.974</b>

## 17.OUTROS RENDIMENTOS

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" apresenta o seguinte detalhe:

	Notas	2018	2017
Alienações Inv Não Financeiros		326.444	291.216
Desreconhecimento Vales/Numerário		113.961	100.571
Imputação de subsídios ao investimento	12	61.127	16.018
Ganhos em inventários		10.721	0
Outros		1.189	16.746
<b>Total de outros rendimentos</b>		<b>513.441</b>	<b>424.551</b>

A rubrica "Alienação de investimentos não financeiros" representa, essencialmente, ganhos apurados na alienação de equipamentos de bilhética.

A rubrica "Desreconhecimento Vales/Numerário" corresponde aos talões "Vale Numerário" expirados (data de emissão anterior à data do balanço - 31/12/n - superior a 2 anos) no montante de 113.961 euros em 31 de dezembro de 2018 (100.571 euros em 31 de dezembro de 2017).

## 18.CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

O detalhe do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas é o seguinte:

	Notas	2018	2017
Existências iniciais		341.500	413.610
Compras		564.473	791.406
Regularizações	7	-36.238	-141.063
Existências finais	7	-458.590	-341.500
<b>Gasto do período</b>		<b>411.146</b>	<b>722.453</b>

Na sequência da alteração da imagem gráfica do Andante, o valor dos títulos com a anterior imagem gráfica foi sujeito a ajustamento. A rubrica "custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas" reflete as regularizações/ajustamentos ocorridos.

Em 2017, concluído o processo de troca dos títulos com a anterior imagem gráfica, foi efetuada a utilização da imparidade anteriormente registada pelo montante de 141.063 euros.



Em 31 de dezembro de 2018, encontravam-se em transito para armazém mercadorias no montante de 138.959 euros.

## 19.FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

O detalhe dos gastos com fornecimentos e serviços externos é como segue:

	2018	2017
Subcontratos	2.407.259	1.953.679
Serviços especializados	911.290	1.579.885
Serviços diversos	523.155	625.173
Materiais	45.339	67.417
Outros	20.270	26.274
<b>Total de fornecimentos e serviços externos</b>	<b>3.907.314</b>	<b>4.252.428</b>

A rubrica “Subcontratos” refere-se fundamentalmente a encargos com a rede de vendas Andante designadamente:

- Recursos humanos: 695.381 euros (686.966 euros em 2017);
- Processamento de pagamentos: 564.000 euros (527.391 euros em 2017);
- Revendedores: 543.534 euros (115.183 euros em 2017) o aumento desta rubrica resulta diretamente da transferência das MVA do TIP para a esfera dos operadores;
- Transporte e tratamento de valores: 293.592 euros (538.885 euros em 2017) a diminuição desta rubrica resulta essencialmente da transferência de encargos, anteriormente suportados pelo TIP, para a esfera dos operadores, na sequencia da alienação das MVA;

- Pagamentos automáticos: 104.859 euros (85.254 euros em 2017);

A rubrica “Serviços especializados” corresponde, essencialmente, a encargos com conservação e reparação de equipamentos de bilhética, 585.816 euros (1.081.051 euros em 2017) e trabalhos especializados de diversas entidades, 325.475 euros (498.834 euros em 2017), a diminuição destas rubricas resulta essencialmente da transferência de encargos, anteriormente suportados pelo TIP, para a esfera dos operadores, na sequencia da alienação das MVA.

## 20.GASTOS COM O PESSOAL

Os gastos com pessoal, incorridos durante os períodos de 2018 e 2017, foram como segue:

	2018	2017
Remunerações		
Órgãos sociais	60.872	58.980
Pessoal	435.448	433.904
	<b>496.319</b>	<b>492.884</b>
Encargos sociais		
Encargos sobre remunerações	114.612	113.189
Custos de ação social	6.596	5.184
Outros	13.777	15.987
	<b>134.985</b>	<b>134.360</b>
Total de gastos com o pessoal	<b>631.304</b>	<b>627.244</b>



O número médio de empregados do ACE em 2018 foi de 13 (12 em 2017), conforme se segue:

- Pertencentes ao quadro de pessoal da Metro do Porto . . . . . 8 colaboradores
- Pertencentes ao quadro de pessoal da STCP . . . . . 4 colaboradores
- Pertencentes ao quadro de pessoal da CP . . . . . 1 colaboradores

## 21. OUTROS GASTOS

O detalhe dos “Outros gastos” dos períodos de 2018 e 2017 é como segue:

	2018	2017
Quebras em inventários	36.238	0
Impostos e taxas	801	8.006
Multas e penalidades	668	3.730
Correções relativas a períodos anteriores	0	84.850
Outros	5.550	23.779
<b>Total de outros gastos e perdas</b>	<b>43.257</b>	<b>120.365</b>

## 22. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS

O detalhe dos “Juros e gastos similares suportados” dos períodos de 2018 e 2017 é como segue:

	2017	2016
Gastos com serviços bancários	109.990	154.914
Outros	15	11.499
<b>Total de juros e gastos similares suportados</b>	<b>110.005</b>	<b>166.413</b>

### 23. IMPARIDADE DE INVENTÁRIOS

A quantia reconhecida na rubrica “Imparidade de inventários” refere-se exclusivamente a Títulos Andante com imagem antiga (conforme explicitado na nota 7) e apresenta valor nulo no final de 2018 (rendimento de 24.098 euros em 2017).

	2018			2017	
	Notas	Rendimentos	Gastos	Rendimentos	Gastos
Títulos Andante com imagem antiga	7	0	0	24.098	0
<b>Total de perdas por imparidade de inventários</b>		<b>0</b>	<b>0</b>	<b>24.098</b>	<b>0</b>

Na sequência da alteração da imagem gráfica do Andante foi efetuado ajustamento correspondente ao valor total dos títulos registados no inventário com a anterior imagem gráfica à data de 31/12/2016. Em 2017, concluído o prazo de troca dos títulos com a anterior imagem gráfica, foi efetuada a utilização da imparidade anteriormente registada pelo montante de 141.063 euros (conforme explicitado na nota 18) e registada a reversão do excedente no montante de 24.098 euros.

A quantia reconhecida na rubrica “Imparidade de inventários” refere-se exclusivamente a Títulos Andante com imagem antiga (conforme explicitado na nota 7) e apresenta valor nulo no final de 2018 (rendimento de 24.098 euros em 2017).

### 24. TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE

A quantia reconhecida na rubrica “Trabalhos para a própria entidade” refere-se exclusivamente a alocação de recursos (humanos) internos ao projeto em desenvolvimento “anda” (conforme explicitado na nota 6) e apresenta no final de 2018 o montante rendimento de 2.536 euros (48.706 euros em 2017).

## 25.PARTES RELACIONADAS

### Transações entre partes relacionadas

#### Empresas agrupadas:

CP Comboios de Portugal E.P.E.

Metro do Porto, S. A.

STCP-Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S. A.

#### Transações e saldos pendentes

Durante o período, o A.C.E. efetuou as seguintes transações com entidades agrupadas:

	2018	2017
<b>Prestação de Serviços</b>		
CP Comboios de Portugal E.P.E.	454.437	1 137 675
STCP-Soc. Transp. Colectivos do Porto	1.816.530	1 712 223
Metro do Porto, S. A.	2.489.684	1 861 626
	<u>4.760.651</u>	<u>4 711 524</u>
<b>Aquisição de Serviços (incl receita)</b>		
CP Comboios de Portugal E.P.E.	4.970.142	4 682 812
STCP-Soc. Transp. Colectivos do Porto	35.450.952	35 538 273
Metro do Porto, S.A.	44.744.352	43 238 365
	<u>85.165.446</u>	<u>83 459 450</u>

Os saldos finais de 2018 e os respetivos valores comparativos de 2017 das rubricas "Prestação de Serviços - CP" e "Prestação de Serviços - STCP" refletem o critério anteriormente adotado designadamente, de não considerar nas referidas rubricas a receita intermodal recebida pela CP e pela STCP nos postos de venda onde, simultaneamente, atuam como revendedores.

No final do período de 2018 e 2017, os saldos resultantes de transações efetuadas com entidades agrupadas são como se segue:

	2018	2017
<b>Saldos devedores</b>		
CP Comboios de Portugal E.P.E.	68.259	771.008
Metro do Porto, S.A.	591.722	305.608
STCP-Soc. Transp. Colectivos do Porto	216.054	221.601
	<b>876.035</b>	<b>1.298.218</b>
<b>Saldos credores</b>		
CP Comboios de Portugal E.P.E.	589.290	561.378
Metro do Porto, S.A.	4.867.922	5.433.570
STCP-Soc. Transp. Colectivos do Porto	3.321.338	3.156.943
	<b>8.778.550</b>	<b>9.151.891</b>

## 26. OUTRAS INFORMAÇÕES

### Dívidas em mora ao Estado e à Segurança Social

Não existem.

*[Handwritten mark]*

### Remuneração do Fiscal Único

A remuneração auferida pelo Fiscal Único foi, durante o período de 2018, de 5.000 euros (5.000 euros em 2017).

### 27.EVENTOS SUBSEQUENTES

Nada a referir.

*[Handwritten notes]*  
17h  
Summary  
for  
[initials]

*Z*

## ANEXOS



## Informação Estatística Relevante

Quantidade Vendida Cartões c/ utilização intermodal	2016	2017	2018	Δ 17/18
Andante PVC TIP	67 028	209 042	90 005	-56,94%
Andante PVC 4_18	6 977	13 037	8 113	-37,77%
Andante PVC Sub23	6 524	15 648	11 783	-24,70%
Person. Func./Familiar STCP	6 484	7 080	1 665	-76,48%
Personalização STCP	4 487	187	0	-100,00%
<b>Total PVC</b>	<b>91 500</b>	<b>244 994</b>	<b>111 566</b>	<b>-54,46%</b>
Cartão Andante CTS TIP	2 029 181	3 352 381	3 197 508	-4,62%
<b>TOTAL</b>	<b>2 120 681</b>	<b>3 597 375</b>	<b>3 309 074</b>	<b>-8,01%</b>

NOTA: A quantidade de cartões constante do ano de 2017 inclui a troca gratuita no âmbito da campanha de troca para os novos cartões com prazo de validade.

### Carregamentos por tipo de título \*

Título de Transporte	2016	2017	2018	Δ 17/18
Títulos de Viagem	26 734 017	29 392 506	29 464 340	0,24%
Andante 24	137 709	184 155	216 030	17,31%
Andante Tour 1	41 958	52 228	48 592	-6,96%
Andante Tour 3	50 361	61 934	64 485	4,12%
<b>Total Títulos Ocasionais</b>	<b>26 964 045</b>	<b>29 690 823</b>	<b>29 793 447</b>	<b>0,35%</b>
Assinatura Normal	690 638	767 240	754 878	-1,61%
Assinatura 4_18			10 420	
Assinatura 4_18 (A)	74 453	74 279	71 718	-3,45%
Assinatura 4_18 (B)	22 916	23 429	17 373	-25,85%
Assinatura 4_18 (F)	170	57	22	-61,40%
Assinatura Júnior	9 487	10 303	10 772	4,55%
Assinatura Estudante	291 426	293 664	284 231	-3,21%
Assinatura 3ª Idade	256 154	274 381	271 745	-0,96%
Assinatura Ref. / Pens.	377	135	70	-48,15%
Assinatura Sub23		6 489	23 458	
Assinatura Sub23 (A)	97 576	107 810	115 102	6,76%
Assinatura Sub23 (F)	49	7		-100,00%
Social +	238 866	240 371	224 781	-6,49%
Social + (A)	47 239	52 653	55 645	5,68%
Social + (D)	4 379	4 218	4 050	-3,98%
Social + (R)	625	135	99	-26,67%
Assinatura P&R	1 209	1 439	1 413	-1,81%
<b>Total Títulos Assinatura</b>	<b>1 735 564</b>	<b>1 856 610</b>	<b>1 845 777</b>	<b>-0,58%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>28 699 609</b>	<b>31 547 433</b>	<b>31 639 224</b>	<b>0,29%</b>

\* Dados referentes a carregamentos efetuados no ano civil (1 Jan a 31 Dez)

**Receita da venda de suportes para utilização intermodal (por ano de cobrança)**

	2016	2017	2018	Δ 17/18
Andante PVC TIP	400 465,00 €	341 990,85 €	435 101,00 €	27,23%
Andante PVC 4_18	19 455,00 €	17 117,00 €	21 011,00 €	22,75%
Andante PVC Sub23	14 190,00 €	20 974,00 €	28 966,00 €	38,10%
Personalização STCP	22 365,00 €	565,00 €		
<b>Total PVC</b>	<b>456 475,00 €</b>	<b>380 646,85 €</b>	<b>485 078,00 €</b>	<b>27,44%</b>
Cartão Andante CTS TIP	1 217 380,90 €	1 592 475,65 €	1 913 432,30 €	20,15%
<b>TOTAL</b>	<b>1 673 855,90 €</b>	<b>1 973 122,50 €</b>	<b>2 398 510,30 €</b>	<b>21,56%</b>

**Receita de carregamentos por tipo de título \***

Título de Transporte	2016	2017	2018	Δ 17/18
Títulos de Viagem	35 493 642,20 €	38 666 577,75 €	40 221 346,55 €	4,02%
Andante 24	679 885,40 €	920 533,90 €	1 095 665,15 €	19,02%
Andante Tour 1	293 646,00 €	364 113,60 €	339 223,30 €	-6,84%
Andante Tour 3	755 340,00 €	927 219,40 €	965 983,60 €	4,18%
<b>Total Títulos Ocasionais</b>	<b>37 222 513,60 €</b>	<b>40 878 444,65 €</b>	<b>42 622 218,60 €</b>	<b>4,27%</b>
Assinatura Normal	24 901 912,35 €	25 397 755,70 €	28 078 740,25 €	10,56%
Assinatura 4_18			344 219,00 €	
Assinatura 4_18 (A)	1 046 562,45 €	1 027 787,70 €	1 024 698,40 €	-0,30%
Assinatura 4_18 (B)	588 718,55 €	591 243,45 €	388 561,90 €	-34,28%
Assinatura 4_18 (F)	4 410,40 €	1 352,00 €	501,80 €	-62,88%
Assinatura Júnior	231 624,05 €	246 625,85 €	267 477,90 €	8,45%
Assinatura Estudante	8 265 499,65 €	8 215 637,80 €	8 192 531,90 €	-0,28%
Assinatura 3ª Idade	6 868 198,75 €	7 213 994,55 €	7 494 506,60 €	3,89%
Assinatura Ref. / Pens.	10 179,65 €	3 817,10 €	2 017,90 €	-47,14%
Assinatura Sub23		198 135,35 €	716 364,00 €	261,55%
Assinatura Sub23 (A)	1 644 416,40 €	1 809 585,75 €	2 024 227,00 €	11,86%
Assinatura Sub23 (F)	1 875,35 €	159,25 €		-100,00%
Social +	6 753 069,40 €	6 706 085,75 €	6 558 063,35 €	-2,21%
Social + (A)	894 862,45 €	987 481,75 €	1 086 808,85 €	10,06%
Social + (D)	120 988,90 €	116 019,05 €	114 140,40 €	-1,62%
Social + (R)	16 421,65 €	3 478,60 €	2 663,70 €	-23,43%
Assinatura P&R	20 553,00 €	22 848,00 €	23 732,00 €	3,87%
<b>Total Títulos Assinatura</b>	<b>51 369 293,00 €</b>	<b>52 542 007,65 €</b>	<b>56 319 254,95 €</b>	<b>7,19%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>88 591 806,60 €</b>	<b>93 420 452,30 €</b>	<b>98 941 473,55 €</b>	<b>5,91%</b>

\* Dados referentes à receita correspondente à quantidade carregada no ano civil (1 Jan a 31 Dez), independentemente do período de validade do título



**Receita da venda de suportes e de carregamentos por canal**

	2016	2017	2018	Δ 17/18
MVAs rede MP	36 226 397,60 €	40 463 822,60 €	43 585 175,90 €	7,71%
PayShop	15 687 941,65 €	- €	472 561,95 €	
Pagaqui	13 933 945,25 €	30 498 309,55 €	31 086 483,70 €	1,93%
Lojas Andante	11 973 164,10 €	11 780 537,95 €	12 262 249,30 €	4,09%
CP Porto	3 352 068,85 €	3 881 983,65 €	3 875 830,80 €	-0,16%
MVAs rede CP	2 945 857,40 €	3 466 518,80 €	3 699 267,20 €	6,71%
STCP	29 926,10 €	49 760,05 €	54 995,90 €	10,52%
SIBS	4 991 119,70 €	4 113 575,80 €	4 998 146,25 €	21,50%
Privados	381 030,35 €	454 949,55 €	458 379,55 €	0,75%
Revendedores	744 211,50 €	684 116,85 €	655 807,95 €	
Anda			191 085,35 €	
<b>TOTAL</b>	<b>90 265 662,50 €</b>	<b>95 393 574,80 €</b>	<b>101 339 983,85 €</b>	<b>6,23%</b>

**Validações por tipo de título**

Título de Transporte	2016	2017	2018	Δ 17/18
Títulos de Viagem	34 570 978	36 811 024	37 552 849	2,02%
Andante 24	501 882	627 146	700 307	11,67%
Andante Tour 1	191 551	194 830	229 217	17,65%
Andante Tour 3	514 765	588 429	687 232	16,79%
<b>Total Títulos Ocasionalis</b>	<b>35 779 176</b>	<b>38 221 429</b>	<b>39 169 605</b>	<b>2,48%</b>
Assinatura Normal	39 729 739	42 294 541	45 233 333	6,95%
Assinatura 4_18			488 054	
Assinatura 4_18 (A)	3 820 540	3 716 048	3 574 226	-3,82%
Assinatura 4_18 (B)	1 160 213	1 149 488	855 876	-25,54%
Assinatura 4_18 (F)	8 807	3 095	1 861	-39,87%
Assinatura Júnior	352 288	371 038	385 938	4,02%
Assinatura Estudante	14 097 683	14 032 381	13 535 708	-3,54%
Assinatura 3ª Idade	15 965 685	16 876 066	16 829 164	-0,28%
Assinatura Ref. / Pens.	35 966	18 619	8 640	-53,59%
Assinatura Sub23		289 120	1 073 790	271,40%
Assinatura Sub23 (A)	4 518 726	4 979 315	5 307 653	6,59%
Assinatura Sub23 (F)	2 264	147		
Social +	18 057 550	17 986 969	17 143 268	-4,69%
Social + (A)	3 866 622	4 225 188	4 493 492	6,35%
Social + (D)	331 313	319 870	289 563	-9,47%
Social + (R)	62 076	14 939	12 032	-19,46%
<b>Total Títulos Assinatura</b>	<b>102 009 472</b>	<b>106 276 823</b>	<b>109 232 598</b>	<b>2,78%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>137 788 648</b>	<b>144 498 252</b>	<b>148 402 203</b>	<b>2,70%</b>

**Rácio Receita Total por Validação (RTV) com receita de cartões por tipo de título**

Título de Transporte	2016	2017	2018
Total Títulos Ocasionalis	1,07 €	1,11 €	1,14 €
Total Títulos Assinatura	0,51 €	0,50 €	0,52 €

JP  
 Inmanany  
 m

**Rácio Receita Total por Validação (RTV) sem receita de suportes por tipo de título**

Título de Transporte	2016	2017	2018
Títulos de Viagem	1,03 €	1,05 €	1,07 €
Andante 24	1,35 €	1,47 €	1,56 €
Andante Tour 1	1,53 €	1,87 €	1,48 €
Andante Tour 3	1,47 €	1,58 €	1,41 €
<b>Total Títulos Ocasionais</b>	<b>1,04 €</b>	<b>1,07 €</b>	<b>1,09 €</b>
Assinatura Normal	0,63 €	0,60 €	0,62 €
Assinatura 4_18			0,71 €
Assinatura 4_18 (A)	0,27 €	0,28 €	0,29 €
Assinatura 4_18 (B)	0,51 €	0,51 €	0,45 €
Assinatura 4_18 (F)	0,50 €	0,44 €	0,27 €
Assinatura Júnior	0,66 €	0,66 €	0,69 €
Assinatura Estudante	0,59 €	0,59 €	0,61 €
Assinatura 3ª Idade	0,43 €	0,43 €	0,45 €
Assinatura Ref. / Pens.	0,28 €	0,21 €	0,23 €
Assinatura Sub23		0,69 €	0,67 €
Assinatura Sub23 (A)	0,36 €	0,36 €	0,38 €
Assinatura Sub23 (F)	0,83 €	1,08 €	
Social +	0,37 €	0,37 €	0,38 €
Social + (A)	0,23 €	0,23 €	0,24 €
Social + (D)	0,37 €	0,36 €	0,39 €
Social + (R)	0,26 €	0,23 €	0,22 €
<b>Total Títulos Assinatura</b>	<b>0,50 €</b>	<b>0,49 €</b>	<b>0,52 €</b>

*[Handwritten mark]*

**Rácio Validações por nº cartões utilizados (VA)**

<b>Título de Transporte</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
Títulos de Viagem	1,29	1,25	1,27
Andante 24	3,64	3,41	3,24
Andante Tour 1	4,57	3,73	4,72
Andante Tour 3	10,22	9,50	10,66
<b>Total Títulos Ocasionais</b>	<b>1,33</b>	<b>1,29</b>	<b>1,31</b>
Assinatura Normal	57,43	55,02	59,81
Assinatura 4_18			46,84
Assinatura 4_18 (A)	51,31	50,03	49,84
Assinatura 4_18 (B)	50,63	49,06	49,26
Assinatura 4_18 (F)	51,81	54,29	84,59
Assinatura Júnior	37,13	36,01	35,83
Assinatura Estudante	48,37	47,78	47,62
Assinatura 3ª Idade	62,33	61,51	61,93
Assinatura Ref. / Pens.	95,40	137,92	123,43
Assinatura Sub23		44,56	45,78
Assinatura Sub23 (A)	46,31	46,19	46,11
Assinatura Sub23 (F)	46,20	21,01	
Social +	75,60	74,83	76,27
Social + (A)	81,85	80,25	80,75
Social + (D)	75,66	75,83	71,50
Social + (R)	99,32	110,66	121,54
<b>Total Títulos Assinatura</b>	<b>58,78</b>	<b>57,24</b>	<b>59,18</b>

*[Handwritten mark]*

*[Handwritten signature]*

## *Curricula Vitae dos Membros do Conselho de Administração*

### **Presidente Professor Jorge Moreno Delgado**

#### Habilitações Académicas:

**2002** Doutoramento em Engenharia Civil pela FEUP-UP (Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto)

**1993** Mestrado em Estruturas de Engenharia Civil FEUP-UP (Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto)

**1990** Licenciatura em Engenharia Civil FEUP-UP (Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto)

#### Atividade Profissional:

##### **Desde fevereiro 1995:**

Professor - Adjunto da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Viana do Castelo (ESTG/IPVC)

**Área Científica:** Ciências da Engenharia e Tecnologia

**Grupo Disciplinar:** Engenharia Civil

#### **Principais Áreas de Atividade de Docência e Investigação:**

Análise Estrutural, Engenharia Sísmica; Estruturas de Betão Armado e Estruturas Metálicas, Gestão de Projeto, Estudos e Projetos de Transportes (em especial na área dos LRT (Light Rail Transit))

**Desde 2017:** Presidente do Conselho de Administração do NORTREM - Aluguer de Material Ferroviário, ACE

Vice-Presidente da Assembleia Geral ACA - Associação Casa da Arquitectura

**Desde 2016:** Presidente do Conselho de Administração do TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE

Presidente do Conselho de Administração da Metro do Porto, S.A.

**2016 – 2018:** Presidente do Conselho de Administração da STCP, S.A.

**2008 – 2012:** Administrador Executivo da Metro do Porto, S.A.

**2004 – 2005:** Vice-Presidente do Conselho Administrativo e Diretivo da Escola Superior de Tecnologia e Gestão (ESTG) do Instituto Politécnico de Viana (IPVC)

**2000 - 2003:** Consultor da empresa NEWTON - Consultores de Engenharia, Lda.

1990 – 1995: Engenheiro Sénior da Área das Estruturas e Geotecnia da empresa: NEWTON - Consultores de Engenharia, Lda. (e.g.)

#### PUBLICAÇÕES (e.g.)

- Jorge M. Delgado, Antonio Abel R. Henriques, Raimundo M. Delgado; "Structural Non-Linear Models and Simulation Techniques: An Efficient Combination for Safety Evaluation of RC Structures"; Handbook of Research on Computational Simulation and Modelling in Engineering, pp. 540 – 584; Release Date: September, 2015. Copyright © 2016.  
(ISBN 13: 9781466688230 ISBN10: 1466688238 EISBN13: 9781466688247)
- HENRIQUES, A.A.; VEIGA, J.M.C.; MATOS, J.A.C.; DELGADO, J.M.; "Uncertainty Analysis of Structural Systems by Perturbation Techniques"; Structural and Multidisciplinary Optimization, Vol. 35, N. 3, Springer; pp. 201-212; 2008.
- VEIGA, J.M.G.C.; HENRIQUES, A.A.; DELGADO, J.M.; "An efficient evaluation of structural safety applying perturbation techniques"; III European Conference on Computational Mechanics, Solids, Structures and Coupled Problems in Engineering, Ed. C.A. Mota Soares et.al.; Springer; pp. 126 (Ed. CD-ROM: 9 pag.); 2006.
- VEIGA, J.M.G.C.; HENRIQUES, A.A.R.; DELGADO, J.M.; "Avaliação da incerteza em estruturas de betão pela técnica das perturbações"; CIMNE/CILAMCE 2007 - Métodos Numéricos e Computacionais em Engenharia, Ed. J.C. Sá, R. Delgado, A.D. Santos, A. Rodríguez-Ferran, J. Oliver, P.R.M. Lyra, J.L.D. Alves; APMTAC/FEUP – Associação Portuguesa de Mecânica Teórica, Aplicada e Computacional / Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (Ed. CD-ROM: 12 pag.), pp. 286; 2007.
- VEIGA, J.M.; HENRIQUES, A.A.; DELGADO, J.M.; "Aplicação de técnicas de perturbação na análise da incerteza estrutural"; 4as Jornadas Portuguesas de Engenharia de Estruturas, LNEC; pp. 92-93 (Ed. CD-ROM: 13 pag.); 2006.
- HENRIQUES, A.A.R.; VEIGA, J.M.; DELGADO, J.M.; "Aplicação da técnica das perturbações na avaliação da incerteza em estruturas de engenharia civil"; II Encontro Nacional de Riscos, Segurança e Fiabilidade – Riscos Públicos e Industriais, Ed. C. Guedes Soares, A.P. Teixeira e P. Antão, Instituto Superior Técnico; Edições Salamandra; Vol. 1; pp. 659 - 673; 2007.
- Delgado, J. M.; Delgado R. M., SECOND ORDER EFFECTS DESIGN OF REINFORCED CONCRETE FRAMED STRUCTURES ACCORDING TO EC2 - RELIABILITY ANALYSIS, publicado em RISK ANALYSIS III, pp. 105-114, Editor C.A. Brebbia, Wit Press, Southampton, Boston, 2002.

## Vogal Eng. José Manuel Rodrigues Gaspar

### Habilitações Académicas:

1979: Pós-graduação em Sistemas de Informação pelo Instituto Superior Técnico

1977: Licenciatura em Engenharia Eletrotécnica pelo Instituto Superior Técnico

### Atividade Profissional:

2013–2018: Assessor do Conselho de Administração da CP, Comboios de Portugal, EPE;

Administrador do TIP-Transportes Intermodais do Porto, ACE;

Administrador da OTLIS-Operadores De Transportes da Região De Lisboa, A.C.E.

1998–2013: Diretor de Sistemas de Informação da CP, Comboios de Portugal, EPE

1996–1998: Manager Informations Systems (Diretor de Sistemas de Informação) da Philip Morris International reportando a nível Nacional e Internacional (Suíça)

1990–1991: Docente do IMPE-Instituto Militar dos Pupilos do Exército nas áreas de Programação e de Gestão Informática dos Cursos de Ensino Superior daquela instituição

1988–1996: Diretor de Sistemas de Informação da Tabaqueira EP, sendo responsável pelos sistemas informáticos da Empresa e das suas Associadas

1982–1988: Diretor de Organização Informática da EPAC-Empresa Pública de Abastecimento de Cereais, sendo responsável pela implementação dos sistemas informáticos quer na componente de gestão, quer na de automação

1980–1982: Analista Coordenador de Projetos informáticos no Banco de Fomento Nacional

1978–1988: Docente do Instituto Superior Técnico nas cadeiras das Áreas de Informática e Cálculo Automático

1978–1980: Analista Coordenador de Projetos Informáticos na Empresa CTT's-TLP's

1978: Investigador no Laboratório de Física e Engenharia Nucleares

Vogal [a partir de 1 de janeiro 2018] Dr. Paulo de Azevedo Pereira da Silva

Habilitações Académicas:

Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia do Porto

Programa de Alta Direção de Empresas – AESE

Executive Program – Insead

Atividade Profissional:

**2018:** Presidente do Conselho de Administração da STCP, SA

**2016:** Partner Vallis Consolidation Strategies I Private Equity

**2014:** Presidente da Comissão Instaladora da IFD – Instituição Financeira de Desenvolvimento, normalmente conhecida por Banco do Fomento

**2008-2012:** Diretor Geral do Millenium BCP, Banco Comercial Português

Membro da Alta Direção do Banco Comercial Português desde 1998

**2005-2008:** Membro do Conselho de Administração da Norgarante – Sociedade de Garantia Mútua, S.A.

Membro do Conselho de Administração Executivo do Banco Millenium BCP Investimentos, S.A.

CEO / Presidente do Conselho de Administração do BCP Capital de Risco, S.A.

**2001-2005:** Membro do Conselho de Administração da Leasefator SGPS, empresa Holding do Grupo BCP para as áreas de negócio de Leasing e Factoring

CEO / Presidente do Conselho de Administração da BCP Leasing, S.A.

CEO / Presidente do Conselho de Administração da BCP Factoring, S.A.

Administrador do Credibanco Banco Crédito Pessoal, S.A.

**1998-2000:** Diretor Regional Coordenador da Rede de Retalho e PME's do BPA – Banco Português do Atlântico, S.A.

**1990-1998:** Administrador Executivo do Banco Comercial Português de Investimento, S.A.

**1987-1989:** Diretor da Divisão de Mercado de Capitais do BCP

Outros Cargos Relevantes

Membro do Conselho de Administração da EDP – Eletricidade de Portugal, S.A.

Membro do Conselho de Administração da ONI, SGPS

Membro do Conselho de Administração da Inapa – Investimentos, Participações e Gestão, S.A.

*[Handwritten mark]*

Membro do Conselho de Administração da InovaCapital – Sociedade de Capitais de Risco, S.A.

Membro do Conselho de Administração da Imperial – Produtos Alimentares, S.A.



**Vogal Dra. Maria João Ferreira da Silva Santos**

Habilitações Académicas:

- 2017** Curso de Pós-Graduação em Contratação Pública pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra - CEDIPRE – Centro de Estudos de Direito Público e Regulação
- 2010** II Curso de especialização de contratação pública pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra
- Executive master de gestão para juristas na EGE - Escola de Gestão Empresarial, Universidade Católica Portuguesa, Porto
- 2008** Curso de especialização sobre o novo regime de contratação pública no INA - Instituto Nacional de Administração, IP
- 2004** Pós-graduação em Logística e Ciência da Legislação pela Faculdade de Direito de Lisboa
- 2000** Pós-graduação em Direito do Ordenamento, do Urbanismo e do Ambiente (Direito interno e comunitário) pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra
- 1996** Licenciatura em Direito pela Universidade Católica Portuguesa, Porto

Atividade Profissional:

- Desde 2016** Advogada na Direção Jurídica da CP – Comboios de Portugal, EPE, sendo responsável pela Delegação Norte.
- Administradora do TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE
- 2013–2016:** Administradora Delegada do TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE
- 2012–2016:** Vogal do Conselho de Administração da Associação para o Museu dos Transportes e Comunicações
- 2011–2013:** Presidente da Mesa da Assembleia Geral do TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE
- 2011–2012:** Secretária do Conselho Geral da Associação dos Museus de Transportes e Comunicações
- 2005–2013:** Advogada na CP – Comboios de Portugal, EPE a exercer funções no Gabinete Jurídico, sendo responsável pelo núcleo do Porto
- 2005:** Jurista na AMTP, EPE – Autoridade Metropolitana de Transportes do Porto
- 2004–2005:** Adjunta, na área jurídica, do Secretário de Estado das Obras Públicas do XVI Governo Constitucional
- 2002–2004:** Adjunta, na área jurídica, do Secretário de Estado Adjunto e das Obras Públicas do XV Governo Constitucional
- 2000–2002:** Jurista no Departamento de Gestão Urbanística da Câmara Municipal de Gondomar

*J*

**1999–2002:** Jurista no gabinete técnico local de São Pedro da Cova e Fânzeres, criado pela Câmara Municipal de Gondomar, ao abrigo do programa de recuperação de áreas urbanas degradadas (PRAUD)

**1996–1998:** Estágio no escritório Lopes Cardoso – Sociedade de Advogados, com o Bastonário Augusto Lopes Cardoso

## **Administrador-Delegado Eng. João Rui Sousa Simões Fernandes Marrana**

### Habilitações Académicas:

**2006** Membro Sénior da Ordem dos Engenheiros

**2005** Especialista em Transportes e Vias e Comunicação da Ordem dos Engenheiros

**1996** Mestrado em Engenharia Urbana, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra

**1986** Licenciatura em Engenharia Civil, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (Opção de Planeamento)

### Atividade Profissional:

**Desde 2016:** Administrador-Delegado do TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE

**2015 – 2016:** Assessor do Conselho de Administração da Metro do Porto, SA

**2012 – 2015:** Vogal da Comissão Diretiva do ON.2 (Programa Operacional Regional do Norte)

**2010 – 2012:** Vogal do Conselho Executivo da AMTP – Autoridade Metropolitana de Transportes do Porto

**2009 – 2011:** Assessor do Conselho de Administração da Metro do Porto, SA

**2003 – 2009:** Administrador da STCP – Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, SA

**2002 – 2003:** Colaborador da Metro do Porto SA colocado no TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE

### Outros cargos:

**Desde 1996:** Professor Auxiliar Convidado da Universidade Portucalense, regente da disciplina Mobilidade e Transportes, do curso de licenciatura em Economia

**1995 – 2002:** Colaborador do Gabinete de Cooperação da CCRN, em particular na preparação e gestão de projetos internacionais

**1990 –1999:** Assessor da Direção do Instituto da Construção

**1991 –1997:** Colaborador da COGEPRO em diversos projetos nas áreas dos transportes e do ordenamento do território, nomeadamente na coordenação de Planos Territoriais (PDM Cabeceiras de Basto, PDM Celorico de Basto, Plano de Urbanização de Celorico de Basto, Plano de Pormenor da Quinta do Mosteiro) e de Estudos de Tráfego (Gaiashopping, Guimarães Shopping, Norteshopping, Modelo Vila Real, Modelo Tomar, Modelo Portimão, entre outros)

**1990:** Chefe da Divisão de Planeamento e Controle, da fiscalização das obras da Ponte Ferroviária sobre o Rio Douro e seus Acessos

**1989-1990:** Colaborou com a CISED - Cooperativa de Investigação, Serviços e Estudos para o Desenvolvimento, onde participou em diversos no domínio dos transportes

**1986-1989:** Técnico Superior da Comissão de Coordenação da Região do Norte, na Divisão de Programas e Projetos

Exerceu a atividade de consultoria com diversas entidades, nomeadamente com a APDL – Administração dos Portos do Douro e Leixões, SA (1999 – 2000) e a AURN – Associação das Universidades da Região Norte (1996-1999).

#### Participação em associações técnicas e profissionais:

**Desde 2013:** Membro Honorário da UITP – International Association of Public Transport e do Policy Board

**Desde 2003:** Membro da Comissão Transport & Urban Life da UITP onde exerceu as funções de Vice-Presidente (2009-2011) e Presidente (2011-2013)

**2005-2007:** Membro do Grupo de Trabalho Light Rail Transit /Bus Rapid Transit da UITP

**1997-2005:** Membro nº 30 684 do Institute of Transportation Engineers

#### Atividades de Carácter Cívico

**2004-2011:** Vice-Presidente do Conselho Geral da Associação do Museu dos Transportes e Comunicações

**2001-2004:** Vice-Presidente do Conselho Diretivo Regional do Norte da Ordem dos Engenheiros

**1998-2001:** Conselho Diretivo Regional do Norte da Ordem dos Engenheiros

**1983-1985:** Conselho Diretivo da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto

**1983-1984:** Presidente da Direção da Associação de Estudantes da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto

**1981-1983:** Direção da Associação de Estudantes da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto

#### Artigos Publicados

- Marrana, João Rui; Pires, Paulo (2010): Os transportes Urbanos na Estratégia de Transportes; in Estratégia de Transportes do Eixo Atlântico: Vertebrando a Euro-Região Galiza-Norte de Portugal; Biblioteca de Estudos Estratégicos; Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular;
- Brochado, Ana Margarida, Leite, Maria Teresa et Marrana, João Rui (2010): Avaliação do Desempenho de Linhas Rodoviárias; Revista Brasileira de Gestão de Negócios; Volume 12, Número 34.

- Marrana, João Rui; Pires, Paulo (2007): Aeroporto Francisco Sá Carneiro - do Aeroporto da Cidade até à Cidade Aeroportuária; in Aeroporto Francisco Sá Carneiro: Um novo Aeroporto para o Noroeste Peninsular; Consórcio Aeroporto Sá Carneiro; setembro 2007;
- Caballero, Abel; Losada, Abel; Marrana, João (2006): O sistema Aeroportuário do Eixo Atlântico; Biblioteca dos Estudos Estratégicos; Eixo Atlântico; novembro 2006;
- Marrana, João Rui; Ribeiro, Maria de Lurdes; Sequeira, Rui (2005): A Web Based Route Planner Integrated with an AVL System; ITE 2005 Technical Conference Compendium; Institute of Transportation Engineers; fevereiro 2005;
- Brochado, Ana Margarida et Marrana, João Rui (2003c): Aleatória ou Previsível a Chegada de Passageiros ao Metro? Evidências Obtidas Com Base no Sistema de Bilhética do Metro do Porto; Proceedings do 3º Congresso Luso-Moçambicano de Engenharia; Maputo, agosto 2003.
- Marrana, João et Morais, Pedro (2003b): Financiamento do Transporte Público Urbano: Apoio Público e Sustentabilidade; Actas do 4º Congresso Nacional do Transporte Ferroviário; ADEFER; Lisboa; março 2002.
- Brochado, Ana Margarida et Marrana, João Rui (2003a): Complementaridade Aeroportuária no Noroeste Peninsular: Resultados de uma Análise de Clusters; Actas das XIII Jornadas Hispano-Lusas de Gestión Científica; Lugo; fevereiro 2003
- Marrana, João R.; Costa, Pedro; Sousa, José A. (2001): As Infra-estruturas Aeroportuárias da Fachada Atlântica Ibérica: Situação, Potencialidades e Desafios; 2ª Congresso Nacional do Transporte Ferroviário – Teses, Volume 1; ADEFER; Porto; novembro 2001.
- Brochado, Ana M. et Marrana, João Rui (2001): Concorrência e Complementaridade Aeroportuária no Espaço Ibérico: Experiência de Classificação com Recurso à Análise de Clusters; Proceedings do 2º Congresso Luso-Moçambicano de Engenharia; Maputo, agosto 2001.
- Costa, A. H. Pires da et Marrana, João Rui (1999): Utilização de Sistemas de Informação Geográfica no Domínio da Segurança Rodoviária Urbana: Uma Experiência e Algumas Considerações; Proceedings do 1º Congresso Luso-Moçambicano de Engenharia; Maputo; setembro 1999.
- Costa, A. H. Pires da et Marrana, João Rui (1997): Using Geographical Information Systems to Analyse Road Sinistrality in Urban Areas; Congress Human Factors in Road Traffic II - Traffic Psychology and Engineering; Editado por Pedro Albuquerque et all; Braga; Outubro de 1997.
- Marrana, João R. (1996): Detecção de Pontos Negros de Sinistralidade Rodoviária em Meio Urbano com Recurso à Tecnologia dos Sistemas de Informação Geográfica (Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Engenharia Civil); Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra; Março de 1996.

*J*

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

[Redacted content]

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de "TIP - TRANSPORTES INTERMODAIS DO PORTO, A.C.E." (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 21.054.202 euros e um total de capital próprio de 2.774.817 euros, incluindo um resultado líquido de 1.615.503 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do "TIP - TRANSPORTES INTERMODAIS DO PORTO, A.C.E." em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião

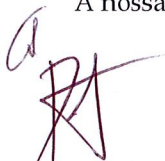
A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Incerteza material relacionada com a continuidade

Manteve-se a circunstância do Agrupamento apresentar, nas demonstrações financeiras reportadas a 31 de dezembro de 2018, preparadas no pressuposto da continuidade das operações, um fundo de maneo negativo de 443.358 euros, tal como divulgado na nota n.º.2.1.. O princípio da solidariedade dos Agrupados pelas dívidas do Agrupamento é imposto no n.º 2, da Base II, da Lei n.º 4/73, de 4 de junho.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.



### **Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;





- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação adequada;

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;


A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

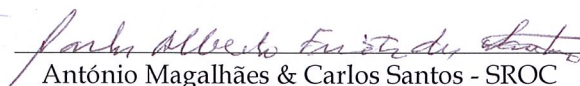
## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451º, n.º3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 27 de março de 2019

  
Carlos Afonso Dias Leite Freitas dos Santos  
R.O.C. n.º.1314 – ROC Executor  
Registo na CMVM n.º.20160924

  
António Magalhães & Carlos Santos - SROC  
representada pelo Sócio-Administrador  
Carlos Alberto Freitas dos Santos - R.O.C. n.º.177  
Registo na CMVM n.º.20160037

## RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores membros do Agrupamento,

Em conformidade com a legislação em vigor, o mandato que nos foi conferido e no cumprimento do contrato de agrupamento do "TIP - TRANSPORTES INTERMODAIS DO PORTO, A.C.E." (Agrupamento), vem o Fiscal Único apresentar o seu relatório sobre a atividade desenvolvida e emitir o seu parecer sobre o Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, que lhe foram disponibilizados para apreciação pelo Conselho de Administração.

O Fiscal Único acompanhou a atividade e os negócios do Agrupamento, realizou testes e outros procedimentos, quando entendeu necessários, aos bens e valores do Agrupamento, tendo obtido esclarecimentos do Conselho de Administração e dos Serviços sobre algumas situações.

O exercício em apreço ficou marcado pela manutenção da tendência de crescimento da procura global do transporte público na Área Metropolitana do Porto, crescimento que o Agrupamento acompanhou registando um aumento do número de validações na rede e a manutenção da preferência dos clientes pela intermodalidade.

Um dos princípios basilares do sucesso da intermodalidade é a inovação, em 2018, o Agrupamento manteve essa orientação consubstanciada na apresentação do novo conceito de bilhética móvel que representa a aplicação denominada "anda".

O Fiscal Único, no âmbito das suas funções, examinou as Demonstrações Financeiras compostas pelo Balanço, Demonstrações dos Resultados por Naturezas, das Alterações nos Capitais Próprios, dos Fluxos de Caixa e as Notas anexas às demonstrações financeiras, concluindo que o Agrupamento utilizou políticas contabilísticas e aplicou critérios de valorimetria que determinaram uma correta avaliação do património e dos resultados e que os mesmos se enquadram dentro das normas legais e estatutárias, pelo que concorda com as contas.



Procedeu ainda à apreciação do Relatório de Gestão do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 emitido pelo Conselho de Administração e do Relatório de Auditoria sobre as contas emitido pelo Auditor Externo, os quais mereceram o seu acordo, e emitiu a Certificação Legal das Contas sem reservas, mas com uma incerteza material relacionada com a continuidade devido à manutenção da situação de fundo de maneiço negativo, que, no entanto, não modifica a sua opinião.

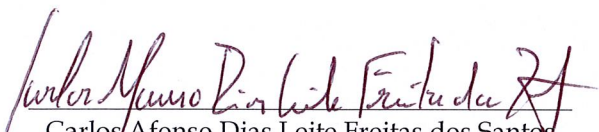
O Fiscal Único expressa o seu reconhecimento ao Conselho de Administração e demais colaboradores do Agrupamento pela disponibilidade e colaboração no desempenho das suas funções.

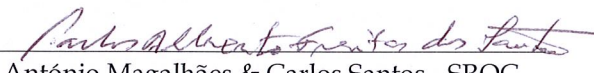
Nestes termos, o Fiscal Único é de Parecer:

- 1.º Que sejam aprovados o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras relativos ao exercício de 2018;
- 2.º Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados contida no Relatório de Gestão.

Porto, 27 de março de 2019

O Fiscal Único

  
Carlos Afonso Dias Leite Freitas dos Santos  
R.O.C. nº.1314 - ROC Executor  
Registo na CMVM nº.20160924

  
António Magalhães & Carlos Santos - SROC  
representada pelo Sócio-Administrador  
Carlos Alberto Freitas dos Santos - R.O.C. nº.177  
Registo na CMVM nº.20160037

## ***Relatório de Auditoria***

### ***Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras***

#### ***Opinião***

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da TIP – Transportes Intermodais do Porto, A.C.E. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 21.054.202 euros e um total de capital próprio de 2.774.817 euros, incluindo um resultado líquido de 1.615.503 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da TIP – Transportes Intermodais do Porto, A.C.E. em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### ***Bases para a opinião***

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### ***Incerteza material relacionada com a continuidade***

À data de 31 de dezembro de 2018, o Agrupamento apresenta fundo de maneiio (correspondente à diferença entre o ativo corrente e o passivo corrente) negativo de 443.358 (1.326.047 em 2017). No entanto, tal como divulgado na nota 2.1 do Anexo, as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações. De acordo com o estabelecido na Lei n.º 4/73, n.º 2 da Base II, legislação aplicável em Agrupamentos Complementares de Empresas, as agrupadas respondem solidariamente pelas dívidas do Agrupamento.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.



*PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
o'Porto Bessa Leite Complex, Rua António Bessa Leite, 1430 - 5.º, 4150-074 Porto, Portugal  
Tel +351 225 433 000 Fax +351 225 433 499, [www.pwc.pt](http://www.pwc.pt)  
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000  
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 183 e na CMVM sob o n.º 20161485*

### ***Ênfase***

Conforme referido na Nota 15 do anexo às demonstrações financeiras, a responsabilidade por receita a repartir aos operadores da intermodalidade no montante de cerca de 6.874 milhares de euros encontra-se registada na rubrica de Outras dívidas a pagar e, de acordo com o modelo de repartição aprovado pelos participantes da intermodalidade e devido à natureza do sistema, não sendo geradas diferenças entre o valor recebido e o valor repartido. A 31 de dezembro de 2018, o montante das diferenças geradas ascende a 101.411 euros (822.511 euros a 31 de dezembro de 2017). Pelo facto de o apuramento do valor efetivo de responsabilidades por receita não repartida, depender de variáveis externas, tais como, perdas de títulos, e pelo facto de não existir no acordo intermodal em vigor qualquer definição sobre o direito de apropriação ou sobre a responsabilidade relativamente aos diferenciais gerados pelo algoritmo de repartição em vigor e aceite pelos operadores, existe alguma incerteza sobre a forma como essas diferenças vão ser regularizadas no futuro.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

### ***Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras***

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

### ***Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras***

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## ***Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares***

### ***Sobre o relatório de gestão***

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

27 de março de 2019

PricewaterhouseCoopers & Associados  
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
representada por:



Hermínio António Paulos Afonso, R.O.C.

